

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

O EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E  
ADULTOS (ENCCEJA): UMA ANÁLISE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MARIANA BELLOT BOLCKAU

NITERÓI  
2022

MARIANA BELLOT BOLCKAU

**O EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS  
E ADULTOS (ENCCEJA): UMA ANÁLISE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Pereira Ventura

Niterói, RJ 2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B687e Bolckau, Mariana Bellot  
O EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS  
E ADULTOS (ENCCEJA): UMA ANÁLISE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO /  
Mariana Bellot Bolckau ; Jaqueline Pereira Ventura,  
orientadora. Niterói, 2022.

82 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-  
Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação,  
Niterói, 2022.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. ENCCEJA. 3.  
Certificação. 4. Políticas públicas. 5. Produção  
intelectual. I. Ventura, Jaqueline Pereira, orientadora. II.  
Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. III.  
Título.

CDD -

MARIANA BELLOT BOLCKAU

O EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E  
ADULTOS (ENCCEJA): UMA ANÁLISE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Monografia apresentada à Faculdade  
de Educação da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial à  
obtenção do grau de Licenciada em  
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

---

PROF<sup>a</sup>. DRA. JAQUELINE PEREIRA VENTURA (UFF)  
ORIENTADORA

---

PROF<sup>a</sup>. DRA. SANDRA MACIEL DE ALMEIDA (UFF)  
PARECERISTA

NITERÓI  
2022

*Dedico este trabalho ao meu filho João Pedro Franco Bolckau,  
razão do meu viver.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, dando-me proteção, força, saúde e sabedoria para superar as dificuldades não só na minha trajetória acadêmica, como em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, Paulo Cesar e Luciana, por todo amor, zelo e compreensão. Por serem os meus maiores incentivadores, confiarem no meu potencial, acreditarem nos meus sonhos e não medirem esforços para me ajudarem a concretizar todos os meus objetivos. Sem vocês nada disso seria possível.

À minha avó Tithea por todo amor, afeto, colo, preocupação e orações. Por vibrar por minhas conquistas como se fossem suas, por ser um exemplo de mulher e fonte de inspiração para eu me torna quem sou hoje.

Ao meu querido filho João Pedro por tudo que representa em minha vida. Por ser tão compreensivo, carinhoso e entender minha ausência como mãe, em virtude do trabalho e dos estudos. Obrigada, meu amor! Isso e tudo mais é por e para você.

À minha irmã Ana Clara por todo amor, amizade e torcida por mim.

Ao meu namorado Junior, que esteve ao meu lado durante todo o processo de elaboração desta monografia, por todo amor, companheirismo e por apoiar as minhas escolhas, mesmo não concordando com a maioria delas.

À minha ex-sogra Luciana por todo amor, dedicação e suporte dado a mim e ao João Pedro durante todos esses anos.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Jaqueline Ventura por aceitar conduzir e dedicar o seu precioso tempo ao meu trabalho monográfico. Obrigada pela paciência e pelos conhecimentos compartilhados. Sua orientação foi fundamental para o resultado final deste trabalho!

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Maciel por prontamente aceitar ser minha parecerista e contribuir para a conclusão desta monografia.

Aos meus amigos Thiago, Elisa e Evelin, com quem a identificação foi imediata, por caminharem ao meu lado durante toda a graduação e dividirem comigo tantos momentos felizes e especiais na FEUFF, por toda amizade e carinho construídos, por aguentarem meus surtos nos trabalhos em grupo e não levarem minhas falas mais ríspidas para o coração. Vocês foram incríveis e fundamentais!

Às minhas parceiras inusitadas da FEUFF que viraram amigas: Livia, Gabriela, Yasmin e Paula por fazerem parte do meu processo formativo de um jeitinho único, cada uma a sua maneira!

A todos os entrevistados que dividiram suas experiências e percepções comigo, contribuindo para a realização desse trabalho monográfico.

Por fim, a todos os meus amigos, familiares e alunos que, direta ou indiretamente, participaram do meu percurso formativo. Minha eterna gratidão!

*"O direito ao conhecimento fica limitado quando se nega o direito a conhecer a sua produção, seleção, apropriação. Sobretudo, quando se nega o direito a reconhecê-los e a reconhecer-se como sujeitos de produção, de conhecimentos".*

(Miguel Arroyo)



## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objeto de pesquisa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o direito à educação no Brasil contemporâneo. Este trabalho tem como objetivo analisar o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender essa política pública, sua abrangência e possível relação com a diminuição de matrículas nos cursos presenciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e quantitativo, cujos procedimentos de pesquisa foram: levantamento bibliográfico, levantamento de fontes primárias (documentos e dados estatísticos do ENCCEJA) e a realização de oito entrevistas. Contatou-se o crescimento de inscrições no ENCCEJA de um lado, o declínio de matrículas na EJA do outro e o fechamento de escolas da modalidade no centro dessa problemática. Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que a facilidade para a obtenção do certificado via em ENCCEJA, a dificuldade para conciliar o trabalho e estudo e a ausência de políticas públicas adequadas para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência dos alunos da modalidade na escola são as principais razões para a escolha dos participantes pelo ENCCEJA e não pela EJA. Conclui-se que as deliberações da atual conjuntura política e econômica vêm contribuindo para que o ENCCEJA se estabeleça como principal política pública educacional para a EJA.

**Palavras chave:** Educação de Jovens e Adultos, ENCCEJA, certificação, competências, políticas públicas.

## ABSTRACT

The present monographic work has as its research object the Youth and Adult Education (EJA) and the right to education in contemporary Brazil. This work aims to analyze the National Examination for the Certification of Youth and Adult Skills (ENCCEJA) in the state of Rio de Janeiro, in order to understand this public policy, its scope and possible relationship with the decrease in enrollments in on-site courses of the Youth and Adult Education (EJA) in the state. This is a qualitative and quantitative study, whose research procedures were: bibliographic survey, survey of primary sources (documents and statistical data from ENCCEJA) and eight interviews. The growth of enrollments in ENCCEJA on the one hand, the decline of enrollments in EJA on the other and the closing of schools of the modality at the center of this problem were contacted. The results obtained in the research demonstrate that the ease of obtaining the certificate via ENCCEJA, the difficulty in reconciling work and study and the absence of adequate public policies to guarantee not only access, but also the permanence of students of the modality in school are the main reasons for the choice of participants by ENCCEJA and not by EJA. It is concluded that the deliberations of the current political and economic situation have contributed to the establishment of ENCCEJA as the main public educational policy for EJA.

**Keywords:** Youth and Adult Education, ENCCEJA, certification, skills, public policies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CE	Colégio Estadual
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FME	Fundação Municipal de Educação de Niterói
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEEDUC/RJ	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SEPE – Niterói	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ - Núcleo de Niterói

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL</b> .....	16
1.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO NO CAPITALISMO DEPENDENTE .....	16
1.2. EXAMES NACIONAIS DE CERTIFICAÇÃO NA EJA: OS ANTECESSORES HISTÓRICOS DO ENCCEJA .....	19
<b>2. O EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA)</b> .....	24
2.1. HISTORICIZANDO O ENCCEJA: CARACTERÍSTICAS E EDIÇÕES DO EXAME NO BRASIL .....	24
2.2. ENTRE RAZÕES E CONTRADIÇÕES: AFINAL, O QUE SE ALMEJA COM O ENCCEJA?.....	31
<b>3. O ENCCEJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CONHECENDO O CENÁRIO E OS SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	37
3.1. BREVE APRESENTAÇÃO DA EJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	37
3.2. A IMPLEMENTAÇÃO E A APLICAÇÃO DO ENCCEJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES DE 2017 A 2020 .....	42
3.3. QUEM SÃO E O QUE DIZEM OS PARTICIPANTES DO ENCCEJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO? .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	57
<b>ANEXOS</b> .....	62
1. ENTREVISTAS .....	62
2. QUADRO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O ENCCEJA .....	79

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica, assegurada por lei, que engloba o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Têm como público alvo jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora que não puderam concluir seus estudos no Ensino Regular, na idade, socialmente “certa”. Por se tratar de um direito fundamental e inalienável a todos os cidadãos, têm sua obrigatoriedade e gratuidade garantida. No entanto, é observado um descaso em relação à EJA, que ocupa um espaço marginalizado e secundarizado no cenário educacional brasileiro, tanto no âmbito de políticas públicas, como até mesmo no meio acadêmico. Sua trajetória é marcada pela descontinuidade, de modo geral, associada a campanhas, programas e projetos de caráter assistencialista, aligeirado, de forma precária, com políticas e práticas compensatórias. Arelado a isso, questões como a crescente diminuição de matrículas, o fechamento de escolas da EJA e o incentivo a certificação por meio de exames, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), vêm acentuando a relevância acerca da discussão e compreensão em prol da luta pelo direito a uma educação de qualidade, que assegure o acesso e a permanência de jovens e adultos trabalhadores nas escolas.

O ENCCEJA foi instituído e introduzido aos sistemas de avaliações nacionais no ano de 2002 pelo Governo Federal, a partir da portaria nº 2.270 do Ministério da Educação, com a finalidade de averiguar as competências e habilidades de jovens e adultos e conferir, aos aprovados, um certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além de servir como parâmetro para elevar a qualidade e a eficácia da educação na modalidade, o que na verdade nunca aconteceu. Cabe ressaltar que, sua criação se deu em meio a um contexto de Governo com práticas neoliberais, o que ocasionou desconfiança e resultou em inúmeros debates e questionamentos, especialmente entre os estudiosos do campo da EJA, acerca do seu real intuito e sobre a consequência do ENCCEJA para a educação do trabalhador:

A criação do Encceja se deu em um contexto de centralização da definição de políticas educacionais e de descentralização de sua execução. Além disso, a gestão do ministro Paulo Renato Souza concebia a Educação de

Jovens e Adultos como correção de fluxo, aligeiramento da escolarização, possibilidade de redução de investimentos ("gastos") com a educação e como uma das formas de melhoria de dados estatísticos. Assim, a aplicação do Encceja, no caso específico e tão somente na Educação de Jovens e Adultos, ultrapassa o caráter estabelecido em lei de assegurar um processo nacional de avaliação da educação básica e superior para fins de melhoria de sua qualidade e da definição de prioridades e assume, através da União, um caráter centralizador, definindo os critérios avaliativos, independente das diferenças locais, regionais e de matriz curricular, e também substitutivo aos exames ofertados pelos Estados e Municípios. (ZANETTI, 2007, p. 1).

A compreensão da importância da EJA para a promoção de uma formação crítica, emancipatória e cidadã a essa parcela da população que já foi excluída, anteriormente, do sistema educacional e a contribuição do ENCCEJA na perpetuação da precarização já existente na modalidade da EJA, aguçaram meu interesse pela temática, despertando inúmeras inquietações. Pergunto-me como um exame certificador de caráter neoliberal, centralizador e homogeneizador, que desconsidera o processo de construção conjunta do conhecimento no ensino presencial, é capaz de propiciar ao público alvo da EJA uma formação significativa? Quais contradições estão presentes nesse processo de certificar o estudante através do ENCCEJA? Quais as possíveis implicações do crescimento desse exame em relação à política de formação de jovens e adultos trabalhadores? Como se estabelece a relação entre o ENCCEJA e as escolas presenciais de ensino fundamental e de ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos, considerando o contexto de um país estruturado a partir de um capitalismo dependente? Essas indagações me influenciaram a querer pesquisar e aprofundar meus conhecimentos em relação ao ENCCEJA, a fim de compreender mais sobre esse exame que vem se destacando e ganhando visibilidade nacionalmente.

A delimitação do tema desta pesquisa ocorreu de forma gradativa e não foi nada fácil, apesar da EJA já ser minha "menina dos olhos" antes mesmo de ingressar na graduação e do contato com a disciplina de Educação de Jovens e Adultos I só ter reforçado a minha certeza de que minha monografia seria voltada para essa modalidade de ensino ao qual possuo tanto apreço. Desde que terminei o Ensino Médio, estudar somente nunca foi uma opção e durante toda a minha graduação tive que dividir esforços para conciliar trabalho, educação e questões familiares, pois possuo um filho de nove anos de idade, o que me aproximou mais ainda da EJA. Minhas experiências em sala de aula foram, em sua maioria na EJA do Município de Niterói/RJ, já que nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica o único tempo que eu dispunha para a parte prática era no dia e horário da aula, ou

seja, na parte da noite. Acompanhar de perto a EJA, vivenciar suas potencialidades e problemas, ter contato com os alunos e principalmente compreender a importância do ponto de vista social dessa modalidade foram razões que motivaram minha escrita sobre o ENCCEJA, por acreditar na relevância pela defesa da EJA e, conseqüentemente, na formação integral dos sujeitos da EJA, formação essa que um simples exame jamais será capaz de propiciar.

Desde a sua criação em agosto de 2002, o ENCCEJA vem atraindo cada vez mais candidatos, batendo recorde na edição de 2019 com um total de 2.973.375 inscrições, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Apesar de passadas quase duas décadas de sua implementação e do elevado e crescente número demonstrado pelas estatísticas, esta ainda é uma temática pouco explorada nas pesquisas relacionadas às políticas públicas educacionais destinadas à Educação de Jovens e Adultos.

Mediante ao exposto e dada a amplitude e a relevância dessa temática, o presente trabalho monográfico tem por objeto investigar o processo de crescimento considerável do ENCCEJA em âmbito nacional e estadual, bem como a redução das matrículas nos cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de analisar o ENCCEJA e problematizar a sua possível relação com o ensino presencial nas políticas de educação de jovens e adultos trabalhadores a partir da experiência de escolas no estado do Rio de Janeiro.

Temos como hipótese a existência de relação mediata ou imediata entre a diminuição de matrículas na EJA e o aumento no número de inscritos no ENCCEJA. Através dessa pesquisa buscaremos analisar a relação que pode ser estabelecida entre esses processos, e, refletir sobre as contradições existentes no ENCCEJA.

Neste sentido, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com abordagem no primeiro subcapítulo acerca das implicações do capitalismo dependente sobre a EJA e sobre a formação da classe trabalhadora, e no segundo subcapítulo acerca os exames certificadores nacionais na EJA que antecederam o ENCCEJA. Em sequência, no segundo capítulo, será apresentado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos de maneira mais ampla, com o primeiro subcapítulo destinado a contextualização histórica e caracterização do ENCCEJA no Brasil, e com o segundo subcapítulo destinado a

discussão sobre as razões e as contradições do referido exame. Por fim, no terceiro e último capítulo, será apresentado o ENCCEJA no estado do Rio de Janeiro, cujo primeiro subcapítulo tratará sobre a EJA no estado do Rio de Janeiro, o segundo subcapítulo sobre a implementação e aplicação do ENCCEJA no estado do Rio de Janeiro e o terceiro subcapítulo tratará sobre os participantes do exame no referido estado.

Os métodos adotados como instrumento de investigação do estudo para a concretização desta monografia sobre "O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA): uma análise no estado do Rio de Janeiro" serão a pesquisa bibliográfica e a análise de dados quantitativos e qualitativos acerca do referido exame, com a finalidade de se identificar o perfil socioeconômico dos candidatos fluminenses inscritos neste exame de certificação, bem como dos dados a respeito da diminuição de matrículas na EJA no estado do Rio de Janeiro.



## **1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Neste primeiro capítulo faremos uma breve explanação sobre o capitalismo dependente e os seus efeitos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na formação do trabalhador brasileiro, assim como iremos traçar, de maneira concisa, um panorama cronológico com alguns apontamentos e análises de exames certificadores marcantes no âmbito das políticas públicas educacionais no Brasil, que perpassam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o propósito de compreendermos o contexto em que essas ações foram empreendidas, suas intencionalidades e seus efeitos na modalidade.

### **1.1- A Educação de Jovens e Adultos e a formação do trabalhador brasileiro no capitalismo dependente**

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde o sistema do capital controla quase toda a humanidade, porém de maneiras distintas. Isso porque, o desenvolvimento do capitalismo não se deu de forma linear em todo o mundo. Pelo contrário, nesse processo histórico, complexo e permeado por inúmeras contradições, as classes dominantes dos países considerados desenvolvidos conseguiram construir, de forma autônoma, uma relação de dominação e de dependência sobre os países considerados subdesenvolvidos, o que resultou no beneficiamento dos países centrais em detrimento dos países periféricos. Esses países periféricos, de modo geral, possuem como característica principal a dependência econômica e tecnológica dos países de “primeiro mundo”, cuja incorporação à economia mundial pressupõe uma participação subserviente aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas. Para Marini (2000) a relação de dependência estabelece

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (MARINI, 2000, p. 109)

O Brasil, diferentemente das grandes potências mundiais cujos países são de capitalismo hegemônico e central, é um país de capitalismo dependente, subdesenvolvido, periférico e desigual, com inclusão submissa na divisão internacional do trabalho, o que influi diretamente na superexploração da força de trabalho local. Essa dependência realizada através da combinação de interesses externos e internos da elite internacional e brasileira, respectivamente, não impacta apenas na economia, como na política, na educação e na cultura. Segundo Machado e Paludo (2014), o capitalismo dependente

Trata-se de uma categoria que introduz a perspectiva de classe no sistema mundial do capital. Capitalismo dependente expressa não o confronto, mas a aliança e a associação subordinada da fração brasileira da burguesia com as burguesias dos centros hegemônicos do sistema do capital. (MACHADO; PALUDO, 2014, p. 140)

As teorizações do sociólogo Florestan Fernandes (1975) são fundamentais para a compreensão do Brasil como um país de capitalismo dependente, que em sua essência reitera alguns aspectos fundamentais do capitalismo central, como a competitividade e a produção de mais valia, ao mesmo tempo em que não viabiliza meios para que as classes populares desafortunadas se desenvolvam emancipadamente de modo a formarem uma ordem social competitiva.

O capitalismo brasileiro, dependente e periférico, foi denominado por Florestan Fernandes de capitalismo selvagem, em razão de sua organização e configuração desigual em prol do crescimento econômico nacional. O capitalismo selvagem se alimenta da superexploração, da opressão e da discriminação das massas trabalhadoras e impõe uma dominação autocrática burguesa, com a finalidade de manter as elevadas taxas de lucratividade daqueles que detém poder e riqueza a custo da exclusão e da pobreza de grande parte da população, desamparada e destituída de seus direitos sociais.

A lógica capitalista aqui implementada, pelos burgueses para assegurarem seus privilégios e poderes econômicos, demonstra nitidamente a intencionalidade de preservação do status quo da classe trabalhadora. O capitalismo dependente, ao qual estamos inseridos, impõe um modelo de exploração e de dominação interna, onde os interesses dos setores dominantes se sobrepõem as necessidades da maioria, que por consequência é condicionada e conformada a aceitarem sua posição social e sua submissão. Segundo Frigotto (2008),

[...] a classe burguesa brasileira, de cultura e mentalidade escravocrata e colonizadora e historicamente associada e subordinada à classe burguesa dos centros hegemônicos do capitalismo, impediu, por diferentes mecanismos, a universalização da educação escolar básica (fundamental e média), pública e laica, mesmo nos limites dos interesses de um capitalismo avançado. Ou seja, a burguesia brasileira nunca se colocou de fato o projeto de uma escolaridade e formação técnico profissional para a maioria dos trabalhadores para prepará-los para o trabalho complexo que a tornasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central. (FRIGOTTO, 2008, p. 529)

Para a manutenção e a consolidação do capitalismo, das relações de dependência e de dominação, a educação empreendida no Brasil para a classe trabalhadora, sob os preceitos neoliberais, foi e é até hoje pautada por critérios econômicos, vinculada aos desígnios do sistema do capital e da classe burguesa, formando cidadãos produtivo-flexíveis, obedientes e servis a lógica mercantil instituída, incapazes de desenvolver consciência de classe e refutarem a realidade em que estão inseridos.

A regressão teórica fomentada pelo sistema capitalista obscurece a compreensão da realidade, e nos dificulta entender que esse desenvolvimento dinâmico do capital não sinalizará soluções para a desigualdade em todos os setores da sociedade, ao contrário, o capital condiciona a divisão de postos, tanto do acesso à escolarização, quanto ao mercado de trabalho, eis porque a manutenção de certos atrativos educacionais, como o exame nacional é visto com certa valorização do processo educacional e condicionante da inserção desse sujeito a outros níveis de escolarização e trabalho. (RODRIGUES, 2017, p. 104)

Nesse sentido, podemos perceber que essa condição do Brasil, enquanto país com capitalismo dependente, interfere diretamente na realidade educacional brasileira, especialmente para a classe trabalhadora. A educação deixa de ser concebida como um direito para se tornar um meio de diferenciação social, onde uma pequena parte da população recebe uma educação de qualidade para a ocupação dos empregos com as melhores remunerações, enquanto a grande maioria das pessoas recebe uma educação de qualidade duvidável e insatisfatória, para ocuparem os empregos com baixa remuneração. Isso quando chegam a ocupar, já que este mesmo grupo excluído do processo educacional de qualidade geralmente integra a elevada taxa estatística de desempregados em nosso país.

Os intelectuais neoliberais utilizam-se da posição ocupada pelo Brasil nas relações de produção mundial, enquanto produtor de insumos primários, para justificarem uma formação mínima, com qualidade educativa restrita, senão nula, e

deficitária, em curto prazo e com baixo custo, “suficientes” para o trabalho simples, precarizado e superexplorado.

São sob essas circunstâncias que a Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas destinadas a essa modalidade são historicamente concebidas no Brasil, âmbito educativo em que essa subalternidade conjuntural ganha terreno e perpetua o que o sistema do capital pretende para o modelo educacional, refletindo diretamente na formação dos trabalhadores brasileiros.

Nesse processo de adaptação da EJA à produção e acumulação flexível, seus sujeitos permanecem tendo seu direito à educação e a cultura escolar cerceados. Embora a EJA seja um direito dos cidadãos e dever do Estado, isso não quer dizer que a referida modalidade seja garantida na prática em sua plenitude e concretude. O quadro que vem sendo delineado há anos na EJA demonstra outra realidade, marcada por ausências, apagamentos e sucateamentos. Os constantes ataques, as políticas educacionais precárias e a escolarização fragmentada indicam uma total inversão de prioridades na EJA, traduzida no fechamento de escolas e no estímulo aos exames de certificação, com o fortalecimento do discurso das competências, da lógica do individualismo e da competição, através de um processo formativo com baixa socialização do conhecimento sistematizado, que entregam um trabalhador aos moldes do mercado.

Cabe ressaltar que, esse estímulo do Estado aos exames de certificação como meio mais rápido e acessível à diplomação de jovens e adultos não é algo recente na trajetória da EJA, figurando na história da educação desde a Primeira República, como veremos a seguir.

## **1.2- Exames nacionais de certificação na EJA: os antecessores históricos do ENCCEJA**

Observamos na seção anterior que, a educação atribuída às classes populares, ou seja, a classe trabalhadora esteve recorrentemente atrelada a uma concepção de educação classista, domesticadora, precarizada e negligenciada.

O “sistema” educacional, pois, nunca foi destinado ao povo, ao longo de nossa história. Se na colônia, a metrópole exigia que a elite fosse estudar em Coimbra, a partir da independência criaram-se todos os obstáculos para

que os mestiços não ascendessem na pirâmide escolar: **para as elites o "sistema", para o povo os "exames"**: a ideia de primitivo, menor, imaturo, monge, mendigo, analfabeto... sempre está presente quando se trata do exercício dos direitos de cidadania. (OLIVEIRA LIMA, 1974, p. 35, grifo nosso)

Percebemos que, apesar da discussão acerca dos exames nacionais para certificação de conclusão de escolaridade ser temática relevante e ainda muito debatida atualmente entre os estudiosos da EJA, os referidos exames figuram na história da educação brasileira há muito tempo.

No período da Primeira República, antes mesmo que a EJA fosse reconhecida enquanto modalidade de ensino, foi instituído o intitulado "Exame de Madureza", regulamentado pelo Decreto-Lei de nº 981/1890. Tal exame tinha como finalidade aferir tanto o conhecimento em determinados conteúdos, quanto a madureza geral dos alunos. Além disso, a aprovação neste exame representava um meio distinto para a obtenção da certificação de conclusão do ensino ginasial ou colegial a jovens e adultos que não puderam frequentar o chamado "ensino regular", bem como o direito de se candidatarem aos cursos superiores federais. Segundo Serrão (2014), o reconhecimento do exame de madureza como instrumento de certificação de jovens e adultos é fruto do caráter político liberal da época. Para Machado e Lago (2020),

Os Exames de Madureza revelam um padrão de justificativa em relação à reparação de um dever do Estado, para com o direito não garantido dos cidadãos em terem acesso à escola; ao passo que legitimam-se como mecanismo de resposta às exigências da sociedade em relação ao processo de escolarização. O certificado emitido representava para parte dos que se candidatavam, naquele contexto, a não necessidade da busca pela escola. (MACHADO; LAGO, 2020, p. 2)

Desde a sua criação, o Exame de Madureza passou por algumas reformas, como a Reforma de Benjamim Constant, a Reforma de Francisco Campos e a Reforma Gustavo Capanema, o que resultou em algumas modificações na sua significação, preparação e realização. A questão da idade dos participantes, por exemplo, foi pauta sensível neste debate sobre o referido exame, sendo alterada por várias vezes. Os conteúdos exigidos e o público alvo do exame também mudaram no decorrer dessas reformas. A partir da LDB de 1961, artigo 99, estabeleceu-se a idade mínima de dezesseis anos para os candidatos que pleiteavam a certificação de conclusão do curso ginasial e de dezenove anos para os candidatos que pleiteavam a certificação de conclusão do curso colegial.

O Exame de Madureza obteve números expressivos de candidatos à certificação no período em que esteve em vigor na legislação brasileira. Conforme aponta Castro (1973, p. 58), a "explosão" numérica de inscritos no Exame de Madureza se deu em razão de "[...] uma tendência natural de ascensão social da camada da população menos favorecida educacionalmente e resultante ainda das exigências do mercado de trabalho e da flexibilidade da legislação". Percebe-se que a escassez de oportunidades educativas, atrelada às facilidades de aligeiramento do processo de escolarização por intermédio do exame de madureza estimulava a fuga da escola regular, "[...] passando o estudo a ser não ainda percebido como algo valioso por si mesmo, mas valorizado como um instrumento de mobilidade social, de obtenção de prestígio e de vantagens econômicas" (BARROSO, 1971, p. 5. Apud HADDAD, 1987, p.30).

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, a partir da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, o Exame de Madureza é incorporado ao Ensino Supletivo, promovendo novas reformulações nas políticas educacionais direcionadas a jovens e adultos, e com nova nomenclatura, agora denominado Exame Supletivo. Cabe ressaltar que, esta lei foi promulgada em um intervalo de tempo relativamente curto, menos de três meses, de maneira autoritária pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, o que já diz muito sobre o contexto político e social na qual nossa sociedade estava inserida no momento de composição dessa lei.

[...] a Lei 5692 manteve os exames supletivos, como mecanismo de certificação, atualizando exames de madureza já existentes há longa data. Os candidatos, aqueles preparados por meio do ensino a distância ou cursos livres ou ainda aqueles sem preparação específica que desejam atestar seus conhecimentos, se submetem periodicamente – duas vezes ao ano como regra geral – a exames finais organizados pelos estados, por disciplina e sem nenhuma exigência de matrícula ou frequência à sala de aula. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 62 e 63)

Novamente foi estabelecida e estimulada a realização de exames para os "desvalidos" que não ingressaram no sistema escolar no período definido como o adequado. Os Exames Supletivos eram oferecidos gratuitamente pelo poder público, e certificavam aos aprovados a conclusão do primeiro e segundo grau, para maiores de dezoito e vinte e um anos, respectivamente. No entanto, apesar da gratuidade do exame supletivo, este se configurou como um instrumento lucrativo para o ensino privado que faturava em cima desse público, através dos "cursinhos" preparatórios, que mesmo sendo reconhecidos pela legislação como cursos livres, não sofriam

supervisão ou controle por parte dos órgãos oficiais, conforme apontado por Haddad (1991) em sua tese de doutorado.

Revestidos por uma dimensão econômica, os Exames Supletivos buscavam alcançar uma grande parcela de indivíduos não escolarizados ou com a escolaridade incompleta, e tinham como finalidade adaptar o sistema educativo aos interesses do modo de produção vigente, com ensino apressado para remediar a necessidade de certificação da população brasileira com baixo nível educacional, promovendo uma suposta "qualificação" da força de trabalho de maneira emergencial, precária e com baixo desenvolvimento científico e tecnológico. Estes exames possuíam, portanto, um caráter educativo tecnicista, marcado pela forte centralização na metodologia e na finalidade última da educação: atender as demandas do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, nota-se, muito claramente, que o modelo educacional imposto nessa conjuntura política privilegiava a Teoria do Capital Humano<sup>1</sup> e a noção de empregabilidade, onde a educação assume esse traço estritamente tecnicista, com fins mercadológicos e conceitos valorativos, pautada pelas regras do capital. Logo, a relação estabelecida entre a educação e a maior chance de ingresso no mercado de trabalho pode ser entendida com um dos princípios da desigualdade social. Vale salientar que, um nível mais elevado de educação não significa necessariamente melhores oportunidades profissionais e econômicas, como é posto pelo discurso neoliberal, que imputa, a todo custo, a classe trabalhadora conceitos como meritocracia e promove uma "formação" que deforma, pois além da ausência de qualificação, ainda distorce a noção de cidadania que passa a ser compreendida como escolarização.

Nenhum conceito de empregabilidade pode ser democrático ou emancipador se não reconhece o campo do trabalho como uma esfera de exercício de direitos sociais. Não apenas o direito a um emprego ou a uma renda, mas também direito ao conhecimento; não apenas aos saberes necessários para o exercício da prática produtiva no trabalho, mas também dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania na prática do trabalho. (GENTILI apud BERNARDIM, 2007, p. 76)

No começo do século XXI, o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é implementado pelo governo federal, com o propósito de certificar a conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio

---

<sup>1</sup> Para Frigotto (1993) este tipo de teoria reafirma que a educação não gera somente conhecimentos para o mercado, mas também articula e desarticula outros saberes para os interesses das classes dominantes predominarem.

a jovens e adultos que não terminaram seus estudos. O exame especificado cumpre a mesma função certificadora antes desempenhada pelo Exame de Madureza e posteriormente pelos Exames Supletivos, porém, segundo seus idealizadores, com novas bases conceituais e operacionais. Segundo Catelli Jr, Gisi e Serrão (2013),

Tratava-se de uma política formulada pelo governo federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com dois objetivos principais: ser uma alternativa aos exames supletivos aplicados nos Estados como forma de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, colaborando para a correção do fluxo escolar; e integrar o que o então ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, denominou de "ciclo de avaliações da Educação Básica" (Souza apud Brasil. Inep, 2002, p. 8), juntamente com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (CATELLI JR; GISI; SERRÃO, 2013, p. 722)

Percebe-se, por todo o exposto, na trajetória histórica da EJA a constante presença de exames certificadores como uma das principais soluções a questão da escolarização de jovens e adultos. Em um cenário educativo onde a EJA ocupa espaços marginalizados dentro da agenda pública educacional no Brasil, com políticas frágeis e fragmentadas, o destaque dado aos exames é fator preocupante, pois o que deveria ser apresentado como exceção, uma vez que o ideal seria que todos os educandos tivessem a oportunidade de frequentar a EJA, tem sido consolidado como regra.

Vimos também que, embora o Exame de Madureza e os Exames Supletivos tenham sido implementados em diferentes períodos da nossa história, com contextos políticos diferenciados e com características e estratégias distintas, é possível identificarmos muitas similaridades entre os exames. Ambos serviam como vias alternativas para a aquisição de diplomas de conclusão de diferentes etapas da Educação Básica, tinham caráter compensatório, tinham como objetivo suprir a crescente demanda do mercado de trabalho por profissionais certificados e se mostraram insuficientes enquanto políticas educacionais fomentadoras de uma formação humana integral, cidadã, emancipadora e crítica, incapazes de assegurar um processo educativo pertinente e coeso às necessidades de aprendizagem específicas desse grupo ao qual se destinam. O ENCCEJA, temática principal desta monografia, tem certificado jovens e adultos por anos, mas o questionamento que fica é se esse exame, tão similar aos demais apresentados, seria realmente capaz de atender as especificidades da modalidade.



## **2. O EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA)**

O segundo capítulo deste trabalho está dividido em duas seções. Na primeira, apresentamos a contextualização histórica do ENCCEJA, detalhando as características do exame e de suas edições, desde a sua criação até os dias atuais, no cenário educacional brasileiro, e na segunda apontamos as contradições que constituem o ENCCEJA, enquanto política pública educacional direcionada à Educação de Jovens e Adultos.

### **2.1- Historicizando o ENCCEJA: características e edições do exame no Brasil**

Durante a década de 1990, período de redefinições acerca da gestão educacional no Brasil em razão da globalização, e a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que privilegia o conceito de competências, as avaliações externas e em larga escala obtiveram visibilidade no cenário nacional, o que lhes conferiu um espaço central nas políticas públicas educacionais do país, em decorrência do viés neoliberal em voga que ressignificou as atribuições do Estado em diversos âmbitos sociais e transformou a educação em mercadoria regulada a partir das demandas do capital.

No Brasil, a implementação de um sistema nacional de avaliação ganhou força com a aprovação da nova LDB, em 1996. Ao lado da flexibilidade, a avaliação constitui um dos eixos da nova lei. O termo avaliação aparece em 13 dos - 92 artigos da LDB/96, assumindo um papel central nas reformas educativas necessárias aos ajustes que caracterizam a sociedade globalizada. (VIEIRA, 2006, p. 102)

De acordo com Catelli Jr. (2016), o governo federal, valendo-se dessa tendência dos sistemas nacionais de avaliação difundida nos anos de 1990 no país, aproveitou para introduzir na Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma avaliação que resolvesse questões referentes à requisição por certificação de brasileiros que residem no exterior e não terminaram os estudos, ao problema relativo à “indústria de diplomas”, ao alto índice de brasileiros com quinze anos ou mais que não

possuem o ensino fundamental completo, à redução de custos destinados à modalidade e à baixa qualidade dos exames estaduais.

Neste contexto, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criam o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Exame gratuito e opcional, à disposição das Secretarias de Educação estaduais e municipais, que pode ser realizado por brasileiros residentes no país e fora dele, bem como por pessoas em situação de privação de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas, desde que os candidatos à certificação do ensino fundamental possuam idade mínima de quinze anos e que os candidatos à certificação do ensino médio possuam idade mínima de dezoito anos.

O ENCCEJA surgiu como uma nova aposta para a certificação de alunos dos Ensinos Fundamental e Médio em 2002, como uma política pública voltada para a Educação de Jovens e Adultos, em uma tentativa de atender a uma parcela da população que não poderia frequentar a escola por algum motivo e ainda criar um banco de dados para futuras pesquisas, servindo de ferramenta para futuras ações no setor, também se tornou uma tentativa de inclusão social, porém o que podemos conferir é uma inconstância de ações em meio a críticas de todos os lados. (OLIVEIRA et al., 2019, p. 95)

De acordo com o Ministério da Educação, "o ENCCEJA tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos, por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".<sup>2</sup>

Assim, além da sua função certificadora, conforme previsto na portaria nº 44, capítulo 1, artigo 2º, o referido exame tem a finalidade de "V - construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos" (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2005, p. 2), o que representaria, segundo os seus idealizadores, uma possível melhoria na qualidade da oferta de educação para a modalidade. Logo, cabe, também, ao ENCCEJA a função de fiscal da EJA.

A portaria nº 100 do INEP, de 4 de julho de 2008, assegura que a certificação pelo ENCCEJA pode ser obtida de duas maneiras distintas. Dessa forma, o

---

<sup>2</sup> Trecho extraído do Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/encceja>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ENCCEJA não só certifica a conclusão total dos Ensinos Fundamental e Médio, como também certifica parcialmente aqueles candidatos que não conseguiram passar em todas as provas, mas que obtiveram em alguma área do conhecimento a pontuação mínima para a certificação. Através da Declaração Parcial de Proficiência, expedida pela instituição certificadora escolhida no momento da inscrição, o candidato ao refazer o exame do ENCCEJA se isenta de fazer as provas na qual ele já foi aprovado anteriormente, se inscrevendo somente nos eixos que faltam para a sua certificação total, ou seja, o candidato poderá acumular aprovações parciais em diferentes edições do exame até que consiga sua aprovação em todas as áreas do conhecimento necessárias a certificação final.

As provas possuem questões objetivas e uma produção textual. Tanto a do ensino fundamental, quanto a do ensino médio são divididas por áreas do conhecimento definidas a partir do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). A avaliação do ensino fundamental é composta por: língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, educação física e redação; matemática; história e geografia; e ciências naturais. Enquanto a avaliação do ensino médio é composta por: linguagens, códigos e suas tecnologias e redação; matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; e ciências da natureza e suas tecnologias.

Sua primeira edição no Brasil, em caráter de experiência piloto, ocorreu no ano de 2002, já no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a participação de dois estados, Acre e Santa Catarina, e 25 municípios, somando uma média de aproximadamente 14 mil inscritos. Somente após a realização da versão inaugural do ENCCEJA, em dezembro do mesmo ano, é que foi lançado o material didático-pedagógico para professores e candidatos ao exame, e promulgada a portaria nº 111 que estabeleceu as regulamentações para a realização do ENCCEJA/2003. Apesar disso, o exame não foi aplicado no ano seguinte, já no governo do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Sua suspensão pelo INEP ocorreu em razão das discordâncias de competência entre a União, estados e municípios. Segundo Serrão (2014),

[...] a edição de 2003 foi cancelada - por meio da Portaria nº 2.134 do MEC, de 07 de agosto de 2003 - para a realização de estudos sobre a compatibilidade das funções do exame com as origens das DCNEJA (Artigo 1º). Essa suspensão afetou, também, a edição de 2004, que não ocorreu,

mesmo que a Portaria nº 3.415 do MEC, de 21 de outubro de 2004, tivesse instituído o Exame Nacional de Avaliação na modalidade Educação de Jovens e Adultos. (SERRÃO, 2014, p. 119)

Entretanto, o estímulo à certificação aligeirada não foi cessado no governo de Lula, já que o ENCCEJA foi restabelecido pelo INEP no ano de 2005, apesar de toda repercussão e polêmica em relação ao exame e as suas possíveis consequências na EJA. Essa edição do ENCCEJA teve uma maior adesão das secretarias estaduais e municipais de educação do que na edição anterior, com a participação de 18 estados e 105 municípios. O número de candidatos foi superior a 50 mil, sendo os estados de Tocantins, Espírito Santos e São Paulo os que obtiveram os maiores números de inscrições, respectivamente.

A posição contrária ao ENCCEJA pelos estudiosos da EJA foi mantida na edição de 2006. Representantes de fóruns estaduais de EJA apresentaram um documento a Fernando Haddad, Ministro da Educação na época, solicitando o cancelamento do exame e alegando que

A insistência do Inep no novo ENCCEJA nos faz retomar a ideia de que o exame é um problema marcado do ponto de vista histórico e, principalmente, no âmbito das políticas de corte neoliberal, por questões sociais, sobretudo aquelas que não consegue resolver. Dentre elas a da dívida social e o da reparação do direito negado a milhões de brasileiros. (BRASIL, 2006, p. 34)

Mesmo diante de muitos esforços e mobilização para a extinção/cancelamento do ENCCEJA, a edição de 2006 foi preservada e teve sua matriz e modelo de aplicação alterados. Além disso, o INEP promoveu uma reorganização das responsabilidades sobre o exame, acumulando para si uma maior quantidade de funções, a fim de se ampliar a adesão do ENCCEJA pelos estados e municípios. Essa versão do ENCCEJA obteve mais de 80 mil inscritos, o que demonstra, novamente, um crescimento na procura pelo exame.

Na edição de 2007 o INEP manteve os mesmos parâmetros operacionais estabelecidos para a edição de 2006 do ENCCEJA, concentrando a maior parte das atribuições referentes ao funcionamento do exame. O número de inscritos nessa edição ultrapassou a marca de 300 mil.

Já na edição de 2008, foram estabelecidas regras específicas relativas a estruturação, aplicação, conferência de resultados e fundamentação teórico-metodológica do exame. A mesma obteve cerca de 780 mil inscrições, com um

percentual de 60% para a certificação de nível médio e 40% para a certificação de nível fundamental.

Desde a retomada do ENCCEJA na edição de 2005, todas as edições que o sucederam apresentaram números crescentes de participantes no exame. O INEP ao assumir maior responsabilidade pelo ENCCEJA tornou-o mais interessante as secretarias estaduais e municipais o que favoreceu, conseqüentemente, o crescente aumento de candidatos à certificação através do exame.

Entre os anos de 2006 e 2008, após a implementação da nova metodologia, ocorreu um grande crescimento do número de inscritos. Este crescimento tem que ser também compreendido tendo em vista o investimento feito pelo INEP para atrair as secretarias a aderirem o exame. A partir de 2006, o INEP passou a arcar com os custos de realização, incluindo a impressão dos cadernos e a produção dos resultados. Em uma lógica de redução dos custos, várias secretarias estaduais deixaram de oferecer os exames estaduais atraídos pela economia gerada pela adesão do Enceja. Nesse período o crescimento do Enceja se deveu ao fato do INEP ter atuado como um potente indutor do exame ao assumir os custos do processo de certificação, reduzindo despesas das redes estaduais. (CATELLI, 2016, p. 229)

O ano 2009 trouxe uma importante alteração ao exame, ainda no governo de Lula, a partir da portaria nº 174 de 31 de julho, o ENCCEJA passou a certificar somente a etapa do ensino fundamental, pois a certificação referente ao ensino médio foi atribuída ao novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O mesmo ocorreu nas edições seguintes, o que ocasionou uma queda no número de inscritos e prejudicou ainda mais a regularidade do ENCCEJA, que deixou de ser aplicado no país nas versões referentes aos anos de 2009, 2011, 2012, 2015 e 2016. "Em 2009, a prova não aconteceu no Brasil (ainda que tenham sido realizadas as inscrições dos participantes); a edição de 2010 ocorreu só no início de 2011; e, em 2012, não houve aplicação, que só foi retomada em 2013" (CATELLI; GISI; SERRÃO, 2013, p. 723). De acordo com o INEP, as edições de 2010, 2013 e 2014, que certificaram somente o ensino fundamental, tiveram uma taxa de desistência por parte dos participantes superior a 50%. Em contrapartida, houve um aumento no número de secretarias que adotaram o exame como avaliação necessária a certificação, em 2010, por exemplo, 22 estados aplicaram o ENCCEJA ao invés de exames supletivos locais. Essa alteração não ocorreu no ENCCEJA aplicado aos brasileiros residentes no exterior, nesse caso o ENCCEJA continuou responsável pela certificação a nível fundamental e médio.

Após um período de oito anos, durante o mandato de Michel Temer, o ENEM deixa de certificar o ensino médio aos participantes aprovados no exame. De acordo com o Ministro da Educação, Mendonça Filho,

O Enem não servirá como instrumento de certificação e conclusão de Ensino Médio e sim como instrumento de acesso ao ensino superior... [pois] termina exigindo de um jovem ou de um adulto que queira a certificação no ensino médio mais do que seria necessário, é uma imposição de um ônus, de ter que ter um conhecimento a mais, para aqueles que só querem ter uma certificação no Ensino Médio. (Ministro da Educação 2016-2018)<sup>3</sup>

Essa declaração do Ministro da Educação na época demonstra o lugar secundário ocupado pela EJA no governo federal, bem como a pouca importância de se promover uma política pública que de fato ofereça a classe trabalhadora uma educação que contemple os saberes necessários à formação integral do sujeito, imputando a ideia de que para o público da EJA qualquer coisa serve, além de reforçar a constante reconstrução da subalternidade para a modalidade, como destacado por Rummert e Ventura (2007). A partir desse depoimento, observa-se que essa descrição imputada ao ENCCEJA explicita, muito claramente, o caráter neoliberal do exame, no qual jovens e adultos candidatos à prova são submetidos a uma avaliação pouco preocupada com a qualidade da educação, onde são requisitados conhecimentos mínimos para a formação de mão de obra que atenda as exigências do mercado. Mediante a isso, pactuamos com a afirmação feita por Rummert (2000) ao apontar que

A proposta dessa educação de novo tipo sugere que o trabalhador atual não pensa, não é capaz de resolver problemas, não é capaz de aprender, não faz história. Ou, pelo menos, que não o faz dentro dos padrões desejáveis. Explicita-se, assim, a ideia de que apenas a educação funcionalista, subordinada aos interesses do capital, oferece ao trabalhador condições cognitivas para estar apto a pensar, a ser crítico, a resolver problemas, a situar-se, enfim, de forma inteligente, ativa e participativa no moderno mundo do trabalho. Ademais, sob essa ótica, somente a nova qualificação dotará o trabalhador das condições necessárias para fazer-se sujeito. (RUMMERT, 2000, p. 165)

Segundo Maria Inês Fini, então presidente do INEP, um dos motivos determinantes para essa alteração é a baixa aprovação dos candidatos à certificação nesta etapa da educação básica, o que demonstrou a necessidade de se realizar "uma aplicação no início do segundo semestre que de fato vai promover

---

<sup>3</sup> Trecho extraído do jornal Diário de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2017/01/enem-nao-servira-mais-como-certificado-de-conclusao-de-ensino-medio.html>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

uma avaliação real mais próxima da educação de jovens e adultos do que teria sido pelo Enem" <sup>4</sup>, portanto esta delegação volta a ser do ENCCEJA no ano de 2017, que bate recorde de participantes nessa edição, com um total superior a 1,5 milhão de inscrições e aplicação em 574 municípios.

As edições de 2018 e 2019 também apresentaram uma elevação significativa no número de inscritos no exame, cerca de 1,6 milhão e 2,9 milhões, respectivamente. Outro número que cresceu conjuntamente foi o número de municípios em que houve a aplicação da prova, 592 em 2018 e 611 em 2019.

No ano de 2019, já no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, houve um grande contingenciamento de verbas destinadas à educação. Esse corte orçamentário afetou, inclusive, os sistemas de avaliações em larga escala, ao qual o ENCCEJA faz parte, com uma diminuição orçamental de aproximadamente trinta e cinco milhões de reais. Apesar disso, a edição de 2019 teve um aumento de 75% de inscritos em relação à edição do ano anterior. Além do número recorde de inscritos no ENCCEJA/2019, essa edição do exame também ultrapassou o número de participantes presentes nas versões anteriores, com aproximadamente um 1.185.000, número 45% maior que no ENCCEJA/2018.

Em decorrência da pandemia de covid 19, o ENCCEJA/2020 teve a aplicação da sua prova adiada, com previsão de realização em abril de 2021. O presidente do Inep, Alexandre Lopes, em sua participação no webinar: avaliação em larga escala, transmitido pelo canal e-docente em 24 de setembro de 2020, anunciou que seria inviável a manutenção do exame no final de 2020, pois não seria possível garantir a segurança sanitária de todos os candidatos.

Para vocês terem uma ideia, ano passado nós aplicamos a prova para três milhões de pessoas, é muita gente. Então, por uma questão de controle de saúde, para a gente não ter de novo uma discussão sobre vai aplicar uma prova e a pandemia? E a segurança? A gente resolveu adiar a aplicação da prova do Encceja. (Presidente Inep 2019-2021)<sup>5</sup>

A edição de 2020 obteve 1.608.136 inscritos. Desse montante, 297.543 pessoas buscaram a certificação do ensino fundamental e 1.310.593 candidatos buscaram a certificação do ensino médio. Apesar da queda no número de inscrições

---

<sup>4</sup> Trecho extraído do Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/47501-exame-nao-sera-mais-utilizado-para-certificar-o-ensino-medio>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

<sup>5</sup> Entrevista dada por Alexandre Lopes ao canal e docente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1yW6lV9An8I>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

em relação à edição anterior, devido ao contexto sanitário caótico em que o nosso país se encontra, constatamos que o número de inscritos ainda é muito alto. Todavia, com o agravamento da pandemia de covid 19 no Brasil nos primeiros meses do ano, a prova que estava marcada para o final de abril teve de ser adiada novamente, com nova data prevista para a realização do exame no mês de agosto de 2021.

Esses vinte anos de atividade do ENCCEJA evidenciaram inúmeros problemas relacionados ao exame, que é marcado por contradições, inconsistências e inconstâncias. Percebemos que assim como a EJA, o próprio ENCCEJA é uma política pública educacional negligenciada. Ao longo dessas duas décadas de existência do exame pouco se sabe, inclusive, sobre os dados e informações acerca desta avaliação e de seus participantes, uma vez que, ainda hoje, existem poucos relatórios e estatísticas referentes ao ENCCEJA.

As incontáveis polêmicas em torno do exame mobilizaram enfrentamentos políticos e ideológicos sobre o ENCCEJA, já que o mesmo nunca foi aceito pelos estudiosos do campo da EJA, que por sua vez desejam a reformulação dessa política educacional e até mesmo o fim do exame. Diferentemente de outras avaliações nacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a prova Brasil, percebe-se no ENCCEJA a ausência de planejamento, organização e regularidade, tendo em vista que o mesmo deixou de ser aplicado em vários anos, fato este que não ocorreu nos demais exames citados anteriormente. Apesar disso, ainda que a sua realização tenha ocorrido de maneira descontínua, o desenvolvimento das edições desvelaram, também, a relevância que este exame ganhou em nosso cenário educacional, prova disso é o crescimento exponencial e significativo de secretarias e de candidatos que aderiram ao exame como solução para a certificação, em razão da notória supervalorização do ENCCEJA enquanto política pública para a EJA, sendo cada vez mais incentivado pelo INEP e pelos estados e municípios, com forte apelo nas mídias sociais.

## **2.2- Entre razões e contradições: afinal, o que se almeja com o ENCCEJA?**

Vimos na seção anterior, que esta avaliação ganhou notoriedade ao longo dos anos, com a adesão de inúmeras secretarias estaduais e municipais de



educação, bem como com números crescentes de participantes a cada nova edição, o que lhe conferiu a ocupação de um lugar de destaque e importância no âmbito de políticas educacionais para Jovens e Adultos, atualmente em curso no Brasil. Paralelamente a este expressivo aumento de adesão e procura pelos estados, municípios e candidatos ao ENCCEJA, percebemos a diminuição na oferta de vagas para a EJA, assim como o fechamento de escolas destinadas a este público, o que nos levou a refletirmos sobre as razões e as contradições que constituem a referida avaliação, enquanto política educacional para os mais pobres, com a finalidade de analisarmos se existe relação direta ou indireta entre estes fenômenos observados.

A noção de competências foi incorporada as políticas públicas educacionais no Brasil desde o governo FHC, tendo sido perpetuada até o atual governo e tornando-se uma tendência nacional. O ENCCEJA é uma dentre as diversas iniciativas promovidas pelo Ministério da Educação inspiradas na pedagogia das competências, cuja origem é resultado de influências neoliberais na educação. Essa pedagogia de caráter extremamente pragmático, funcionalista e condutivista corrobora para a propagação de uma concepção do indivíduo como um ser moldável e adaptável ao contexto social da era globalizada, instável e em constantes transformações. Para Saviani (2008),

[...] “a pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz epistemológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado”. (SAVIANI, 2008, p. 437)

Assim como a Pedagogia das Competências, o ENCCEJA é uma ação pensada para a classe trabalhadora, ou seja, para a parcela mais vulnerável da população, o que expressa muito nitidamente as intencionalidades neoliberais do Estado de se responsabilizar cada vez menos com a materialidade da EJA, enquanto política pública educacional. Inclusive, este fato já recorrente há muito na modalidade, pode ser comprovado a partir da Emenda Constitucional nº 14/96 que gerou a Lei nº 9.424/96 com as disposições sobre o FUNDEF, que não incluiu a EJA no repasse de verbas destinadas a educação.

Além da já mencionada desresponsabilização do Estado para com a EJA, o ENCCEJA ainda encoraja a individualização do ensino e promove uma

autorresponsabilização dos sujeitos sobre as suas necessidades educativas. Os trabalhadores, por sua vez, são culpabilizados pela sua não escolarização e, conseqüentemente, pelo seu desemprego, sendo obrigados a "correr atrás do prejuízo", já que o mercado de trabalho está cada vez mais concorrido, com poucas vagas de emprego, especialmente para aqueles que não possuem escolaridade completa. Visando se ajustar as exigências impostas pelo modo de produção vigente, esses trabalhadores são influenciados a optarem pelo ENCCEJA na esperança de serem inseridos adequadamente aos meios sociais, o que representaria uma suposta melhoria em suas condições de vida. Acontece que, na verdade, o referido exame exprime os interesses de uma minoria privilegiada economicamente e só contribui para a manutenção da estratificação e da desigualdade social, aumentando a produção de uma força de trabalho precarizada para as cadeias produtivas e cerceando, mais uma vez, o trabalhador ao direito a educação que lhe foi historicamente negado. Segundo Kuenzer (2002),

Esta nova exigência para a inclusão é que torna relevante o estudo do novo conceito de competência a partir dos interesses dos que vivem do trabalho, embora esta categoria tenha sido reconstruída a partir das demandas do processo de reprodução ampliada do capital no regime de acumulação flexível. (KUENZER, 2002, p. 3)

De acordo com o INEP, o ENCCEJA é um exame viabilizador da democratização da educação, considerado pelo INEP essencial para a promoção da inclusão social, já que o mesmo possibilita que uma grande parte da população que não possui escolarização a nível fundamental e médio e que não dispõe de tempo, nem condições para frequentar cursos presenciais, possa fazer uso do exame para finalizar sua escolaridade e adquirir sua certificação. Entretanto, ao contrário do que o INEP atesta, percebemos que o ENCCEJA funciona muito mais como uma ferramenta tática do governo para a certificação e para a elevação da taxa de escolaridade dos brasileiros, oferecendo uma alternativa de educação para o público da EJA, que inclui para abandonar ao longo do processo educativo, tendo em vista a condução para uma diplomação desqualificada, do que para uma formação humana crítica. Logo, assim como destacara Rummert (2007),

[...] o ENCCEJA, em detrimento da efetiva aprendizagem, reforça o significado simbólico do certificado, concorrendo para ampliar seu "valor-de-troca". Sua finalidade é, assim, possibilitar a obtenção de certificados de conclusão de cursos e não propiciar as condições de acesso ao conhecimento. (RUMMERT, 2007, p. 45)

O ENCCEJA enquanto certificação esvaziada de sentido e significado favorece uma formação “secundarizada pelos ditames da produtividade e da competitividade que o neoliberalismo impõe” (FERREIRA, 2004, p. 1232) e

[...] promove a atomização dos sujeitos, tutelando a eles o papel antes exercido pelo educador "bancário", sem nem mesmo sistematizar tais conhecimentos. Onde se estuda apenas para fazer uma prova. Ficando toda responsabilidade da dívida social do Estado nas mãos desses trabalhadores jovens e adultos. (FERNANDES; ALVARENGA, 2020, p. 5)

Identificamos mais contradições quando analisamos as características do ENCCEJA, que é uma avaliação em larga escala, centralizadora, de cunho tipicamente meritocrático e classificatório. Por isso, é um exame que precisa ser cuidadosamente questionado, afinal se o ENCCEJA é uma política que visa à inclusão e a democratização da educação, não caberia uma avaliação nacional padronizada, já que a mesma seria incapaz de contemplar conhecimentos contextualizados necessários às várias realidades e especificidades dos sujeitos da EJA.

A implementação e aplicação do ENCCEJA também foi defendida como solução para a comercialização ilegal de diplomas, muito recorrente na época da criação do exame, em uma entrevista dada pela então presidente do INEP.<sup>6</sup> Contudo, assim como afirma Serrão (2014), esta é uma alegação bastante incoerente, posto que

Pela legislação educacional brasileira, a abertura e o funcionamento de escolas e cursos de qualquer etapa e modalidade da educação básica passam necessariamente pelo credenciamento e supervisão realizados pelos órgãos competentes que, no caso, seriam secretarias e conselhos de educação de municípios e estados. No caso de algum tipo de desrespeito às normas e diretrizes vigentes ou mesmo de fraudes, tais escolas e cursos deveriam ser suspensos ou mesmo fechados e seus responsáveis, penalizados. Nesse sentido, a alegação da entrevistada de que a criação do Encceja seria uma forma de combate à venda de diplomas não faria sentido frente às responsabilidades de cada ente federado. Caberia, portanto, ao MEC e, logo, ao Inep algum tipo de apoio técnico e financeiro aos sistemas e redes municipais para o combate a qualquer desvirtuamento, como, por exemplo, a venda de diplomas. (SERRÃO, 2014, p. 106)

Vale ressaltar que, o ENCCEJA na tentativa de erradicar a indústria de vendas de diplomas, acaba por criar um novo mercado de serviços e produtos

---

<sup>6</sup> Entrevista dada por Maria Helena Guimarães Castro à Ação Educativa em 17 dez. 2012. Disponível em: [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/relatorio\\_final\\_INEP\\_EJA.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/relatorio_final_INEP_EJA.pdf). Acesso em: 27 abr. 2021.

preparatórios para o exame, dando continuidade ao processo de mercantilização da educação na EJA, assim como destaca Ventura e Oliveira (2020)

A aposta na certificação via exames nacionais potencializa e dinamiza o aparato mercantil da educação não formal; braço empresarial que avança sobre o direito à escolarização dos jovens e adultos brasileiros. Por um lado, uma busca simples na internet revela a abundância de textos e vídeos sobre as vantagens de se obter logo a certificação sem ter que cursar a escola – com insinuações veladas e explícitas de que para o jovem e o adulto estar na escola é uma perda tempo. Por outro, além de depoimentos motivacionais, proliferam um sem fim de dicas e técnicas para passar no Encceja. Tudo isso vem associado a anúncios de venda de materiais didáticos online e de cursos preparatórios para as provas do Exame. Portanto, intensifica-se, sob os cuidados do Estado Brasileiro, uma supletivização online, mercantil, não-formal e pulverizada da EJA. (VENTURA; OLIVEIRA, 2020, p. 92)

Interessante notar que, no mesmo ano em que a EJA foi incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) como modalidade pertencente à Educação Básica, a mesma teve sua participação no financiamento de verbas junto ao fundo prejudicada com distribuição inferior e desigual dos recursos em relação às demais etapas e modalidades que o compõe, ressaltando o descaso com o qual essa modalidade de ensino sempre foi tratada pelo poder público. Investir no ENCCEJA seria, portanto, muito mais viável aos Estados e Municípios do que na EJA, pois o custo que a avaliação requer é infinitamente menor se comparado aos custos necessários para o oferecimento e manutenção do ensino presencial de Jovens e Adultos. Não havendo, portanto, compromisso com a ampliação de ofertas de vagas em escolas de EJA e suscitando uma maior produtividade educacional com gastos inferiores. Nesse sentido, percebemos que o ENCCEJA funciona como um importante artifício do governo, de natureza compensatória, para comprovar o seu "comprometimento" com a Educação de Jovens e Adultos, com a finalidade de reparar, ao público alvo do exame, a dívida social gerada pelas implicações do próprio modelo econômico vigente. Ao passo em que deturpa a educação, enquanto um direito fundamental imprescindível para o desenvolvimento humano, e a limita a uma prestação de serviço certificatória.

O que mais surpreende nessas contradições é que, apesar do ENCCEJA estabelecer em seus objetivos a melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos, sua aplicação traduz o oposto disso, ou seja, o sucateamento da EJA. Provas gratuitas, redução da idade mínima para certificação do Ensino

Fundamental em quinze anos e até mesmo a possibilidade de juntar certificações parciais até a obtenção da certificação integral, tornaram o ENCCEJA muito atrativo ao público da EJA. Além de representar um caminho mais rápido para certificação, ainda "recupera o tempo perdido", já que impulsiona a correção do fluxo escolar, bem como a aceleração dos estudos. O que não significa de maneira alguma o desinteresse por uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade, pelo contrário, denuncia "as dificuldades em frequentar uma escola pouco flexível e com currículos que, talvez, não venham ao encontro de suas expectativas de vida" (CATELLI JR; GISI; SERRÃO, 2013, p. 739).

Mediante ao exposto, temos que a investida no ENCCEJA em detrimento da EJA nas escolas públicas promove uma maior precarização na modalidade, já que o exame nunca serviu como parâmetro para melhorias na qualidade da EJA, limitando-se a certificar jovens e adultos, bem como elevar as estatísticas de escolarização dos brasileiros e promover a correção do fluxo escolar. Além disso, a adesão ao ENCCEJA representa menor investimento e responsabilidade com o oferecimento de cursos presenciais de EJA, o que contribui, por conseguinte, para o apagamento da modalidade, tal como para o fechamento de escolas e turmas de EJA.

### **3. O ENCCEJA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CONHECENDO O CENÁRIO E OS SUJEITOS DA PESQUISA**

#### **3.1- Breve apresentação da EJA no estado do Rio de Janeiro**

O estado do Rio de Janeiro, fruto da fusão entre o antigo estado da Guanabara e o estado do Rio, localizado na região sudeste do país e com extensão territorial de 43.781,588 km<sup>2</sup>, possui 92 municípios distribuídos em oito regiões de governo, sendo elas: Região Metropolitana, Baixadas Litorâneas, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.

De acordo com os dados do último Censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, a população fluminense estava estimada em 15.989.929 habitantes, sendo o estado com a segunda maior força econômica do país e registrando o quarto melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>7</sup> dentre as unidades federativas do Brasil. O Rio de Janeiro é considerado, ainda, um dos estados mais escolarizados do país, com taxa de analfabetismo, segundo dados da pesquisa Pnad Contínua 2019, de apenas 2,1% na população acima de quinze anos. Apesar disso, uma considerável parcela da população local adulta não findou os ensinos Fundamental e Médio.

Os dados disponibilizados pelo IBGE, na Síntese de Indicadores Sociais de 2020, apontam que 20,6% da população no estado do Rio de Janeiro possui restrições ao acesso à educação<sup>8</sup> e que a população de vinte e cinco ou mais anos sem instrução ou com os ensinos fundamental e médio incompletos somados representam um quantitativo de 32%. Esses dados nos mostram que existe uma grande quantidade de fluminenses sem escolarização ou com escolarização inacabada, o que implica no reconhecimento de demanda potencial da EJA no estado.

Atualmente, o estado do Rio de Janeiro possui um total de 11.400 escolas de educação básica distribuídas entre os seus municípios, sendo 60 federais, 1.284

---

<sup>7</sup> O IDH é uma medida que considera três indicadores de desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

<sup>8</sup> Foram considerados com restrições nesse quantitativo: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo.

estaduais, 5.272 municipais e 4.784 privadas. Com um quantitativo total de 3.188.869 matrículas no ano de 2020 (Censo Escolar/INEP 2020).

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, o Rio de Janeiro possui um total de 1.321 escolas com oferta de EJA, sendo 17 escolas da rede federal, 513 escolas da rede estadual, 637 escolas da rede municipal e 154 escolas da rede privada, quantia ínfima se comparada à quantidade de escolas que ofertam o ensino regular em todo o estado. Ainda de acordo com os dados do Censo Escolar/INEP, o número de matrículas na modalidade nos anos de 2020, 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010, foi de, respectivamente, 254.985 estudantes, 253.950 estudantes, 243.803 estudantes, 241.103 estudantes, 246.652 estudantes, 244.787 estudantes, 234.027 estudantes, 276.921 estudantes, 316.590 estudantes, 354.209 estudantes e 427.289 estudantes. Esses números demonstram novamente a existência de demanda pela modalidade de EJA no estado, tanto em nível de ensino fundamental, quanto em nível de ensino médio.

Embora os dados apresentados indiquem um significativo número de matrículas de alunos na EJA no estado do Rio de Janeiro é possível percebermos, nesse intervalo de tempo de dez anos, uma queda expressiva no número de inscrições registradas na modalidade entre os anos de 2010 a 2020. Infelizmente, pode-se inferir, considerando a população adulta do Rio de Janeiro com os ensinos fundamental e médio incompletos, que essa retração constatada nas matrículas de EJA no estado não está vinculada a uma diminuição na demanda por atendimento dessa modalidade, mas a uma série de ausências que muitas vezes impossibilitam a classe trabalhadora até de ter acesso e requisitarem esta educação, posto que

A história da EJA ensina que a demanda potencial não se transforma em demanda real sem que haja estímulo por parte das políticas públicas, tanto por meio da oferta de serviços de qualidade quanto pela busca ativa daqueles que podem ser beneficiados por eles. (RIBEIRO; CATELLI JR; HADDAD, 2015, p. 18)

Neste sentido, os motivos para a redução de matrículas de EJA no estado podem ser diversos, uma vez que a realidade da EJA no estado do Rio de Janeiro não difere de qualquer experiência educacional na modalidade ao redor do Brasil. Em razão disso, podemos constatar problemas aqui vivenciados na EJA similares aos dos demais estados e municípios do país, como a ausência de políticas públicas direcionadas ao campo, a escassez de professores com formação específica para

atuação na modalidade, a infantilização de práticas pedagógicas e do ensino, a evasão escolar, o fechamento de escolas e o incentivo ao ENCCEJA.

O fechamento de turmas e turnos de escolas integradas à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), durante os governos de Sérgio Cabral (2007 a 2014) e Luiz Pezão (2014 a 2018), com o intuito de reorganizar o sistema educativo do estado às demandas nacionais vinculadas à índices e avaliações externas, impactou diretamente a EJA em todo o estado. Entre os anos de 2010 e 2018, o fechamento dessas escolas estaduais contribuiu para a diminuição de 119.776 matrículas no Ensino Fundamental e 41.411 matrículas no Ensino Médio, abrangendo as modalidades presencial e semipresencial. Escolas do Município de Niterói como o CE Manuel de Abreu, localizado no bairro de Icaraí, e o CE Brigadeiro Castrioto, localizado no bairro de São Lourenço, tiveram o encerramento total das turmas de EJA, mesmo diante dos esforços e da mobilização do SEPE-Niterói, dos professores e dos estudantes para que esse encerramento não fosse concretizado. Segundo o deputado estadual Flávio Serafini, em uma entrevista dada ao Jornal A Tribuna<sup>9</sup>, o CE Brigadeiro Castrioto teve suas turmas de EJA fechadas, apesar dos 200 alunos com pré-matrícula realizada na época. Nota-se, em concordância com Serra, Ventura, Alvarenga e Reguera (2017), que

Nas redes estaduais, como o exemplo da SEEDUC/RJ, o fechamento de turmas e até de escolas não parece seguir critérios sociais, pautados no direito humano à Educação Básica, mas é uma decisão tomada considerando o alcance de metas economicistas, pautadas no discurso da racionalização dos custos (relação custo/benefício) e meritocráticas (ranking do IDEB) — ou seja, avaliações sistêmicas como critério para aferição da qualidade da educação. (SERRA; VENTURA; ALVARENGA; REGUERA, 2017, p. 29)

Nas redes públicas municipais do estado do Rio de Janeiro, com atendimento ao primeiro e ao segundo segmento do Ensino Fundamental, também é possível constatar o mesmo fenômeno de fechamento das escolas de EJA, que atualmente possuem um número irrisório de unidades destinadas à modalidade, o que reitera o descaso com que a EJA e, conseqüentemente, a classe trabalhadora são tratados pelas autoridades competentes.

A ausência de entrosamento entre os municípios do estado e de políticas públicas educacionais que intentem a ampliação do alcance e do

---

<sup>9</sup> Entrevista dada pelo Deputado Estadual Flávio Serafini ao Jornal a Tribuna. Disponível em: <https://www.tribunarij.com.br/crise-da-educacao-no-estado-do-rio-de-janeiro-vai-afetar-escolas-de-niteroi/>. Acesso em: 03 nov. 2021.



atendimento da EJA em todo o Rio de Janeiro ficam evidentes quando analisamos a discrepância existente nas condições de acesso à educação entre os municípios do estado, sentida com maior intensidade ainda na modalidade, sendo possível, inclusive, observar uma distribuição espacial irregular de escolas de EJA, em grande parte da rede estadual e das redes municipais do Rio de Janeiro. Mesmo em municípios como o de Niterói, com um dos melhores índices de desenvolvimento do país, constata-se o espaço marginal ocupado pela EJA nas políticas educacionais da sua rede municipal, que além de possuir um número baixíssimo de escolas com turmas dedicadas a modalidade, apenas nove, ainda não a oferta em todos os seus sete polos de ensino, o que prejudica o acesso e a permanência ao público que necessita dessa escolarização.

A realização dessa reestruturação da EJA nas escolas estaduais e municipais, em um intervalo de dez anos, resultou no fechamento de 294 escolas da modalidade no Estado do Rio de Janeiro. Segundo informações do Censo, em 2010 o estado possuía 689 escolas estaduais e 755 escolas municipais com a oferta de EJA. Já em 2020, o que era ruim conseguiu ficar pior, com um total de 513 escolas estaduais e 637 escolas municipais. A diminuição no número de matrículas também acompanhou a redução do número de escolas. Em 2010 as escolas de EJA estaduais registraram 287.453 matrículas, enquanto as escolas de EJA municipais registraram um total de 112.678 matrículas. Em 2020 dados do Censo apontam um número bem divergente, as escolas de EJA estaduais registraram 145.237 matrículas, enquanto as escolas de EJA municipais registraram 94.616 matrículas, o que representa, entre os anos comparados, uma queda de aproximadamente 49% no percentual de alunos matriculados na EJA da rede estadual e de aproximadamente 16% no percentual de alunos matriculados na EJA da rede municipal.

A situação que antes já era preocupante foi agravada com a pandemia de Covid-19, principalmente nos anos de 2020 e 2021, onde os impactos da desigualdade social foram sentidos, sobretudo na EJA, não só no estado do Rio de Janeiro, como em todo o país. Com a suspensão das aulas presenciais, esse grupo, que de maneira geral, possui menor acesso a internet e as tecnologias digitais, teve um contato mínimo, senão inexistente, com as aulas e atividades remotas, o que impediu a continuidade dos estudos, acarretou no

afastamento deles das escolas e refletiu na redução do número de matrículas no último ano. Os números não mentem, a fragilidade das políticas públicas destinadas à modalidade reforçou, nesse período conturbado para toda a humanidade, a invisibilização e a desumanização desses sujeitos subalternizados, devido a um processo de múltiplas exclusões históricas a que esse grupo é submetido (FANTINATO; VARGAS; MOURA, 2020, p.107).

Atrelado a isso, o fechamento dessas escolas é outro aspecto que evidencia essa escassez de políticas públicas estaduais e municipais destinadas a EJA no Rio de Janeiro, ao passo em que renega novamente o direito a educação a esses jovens e adultos, mesmo esse direito na teoria sendo assegurado por lei, com uma oferta da modalidade de maneira residual, excludente e alheia aos interesses e as condições dos alunos. Além dos governos não assegurarem o acesso, nem a permanência desses sujeitos nos espaços educativos, ainda promovem a superlotação de turmas nas escolas remanescentes, prejudicam o processo de ensino aprendizagem e favorecem a evasão escolar, posto que os alunos que desejam continuar estudando precisam aceitar a transferência para outras unidades escolares, muitas vezes distantes de seus trabalhos e de suas casas, o que dificulta e inviabiliza a sua permanência na escola.

Observamos, em concordância com Ventura e Oliveira (2021), que a expressiva e constante redução de matrículas na EJA no Rio de Janeiro, ao longo da última década, tanto no âmbito estadual, quanto no âmbito municipal, revelam que as políticas públicas destinadas à modalidade no estado representam os princípios norteadores e as prioridades das políticas de Estado, que beneficiam uns grupos em detrimento de outros, distanciando-se cada vez mais das necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores e corroborando para que a classe trabalhadora não ocupe, verdadeiramente, a escola pública. A partir disso, percebemos que o estado do Rio de Janeiro não vem cumprindo a função reparadora da EJA e sim promovendo políticas pulverizadas com foco na produção de resultados e não na aprendizagem significativa dos alunos, o que explica a tendenciosa incitação à certificação via ENCCEJA, por meio de ações governamentais guiadas por modelos educacionais mercantis flexíveis rumo à educação não formal.

### **3.2- A implementação e a aplicação do ENCCEJA no Estado do Rio de Janeiro: edições de 2017 a 2020**

O ENCCEJA Nacional, apesar de ter sido instituído no ano de 2002, como vimos mais detalhadamente no capítulo anterior, só foi implementado no Rio de Janeiro na quarta edição do exame, que ocorreu no ano de 2007, quando a Secretaria de Educação do Estado, mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Cooperação Técnica e/ou de Convênio com o INEP, optou por adotar o ENCCEJA enquanto exame certificador em substituição aos exames supletivos estaduais aplicados anualmente.

O rompimento com os exames supletivos locais para a adesão do ENCCEJA tornou-se vantajoso e oportuno ao estado, principalmente do ponto de vista econômico, já que o mesmo exigia menor investimento de recursos financeiros e humanos que o exame antecessor. Essa prerrogativa foi confirmada, inclusive, pelo Subsecretário de Planejamento da Educação do Estado na época, Godofredo de Oliveira Neto, ao relatar que a troca dos exames, através da parceria estabelecida com o Governo Federal, representaria uma economia de aproximadamente três milhões de reais aos cofres do estado.

As mudanças promovidas pela troca dos exames não se restringiram apenas ao aspecto monetário, como também ao aspecto pedagógico. Um exemplo disso é que antes as provas eram realizadas por disciplinas, a partir do ENCCEJA a divisão passou a acatar as disposições nacionais, sendo realizadas por áreas do conhecimento. E não para por aí, a problemática que envolve as mudanças promovidas pela troca dos exames é bem mais complexa, posto que o estado ao escolher aderir o ENCCEJA, exame com viés totalmente centralizador e padronizado, em um país com extensão territorial enorme como o nosso e com rica diversidade cultural, ignorou as questões locais, regionais e as realidades dos alunos, fundamentais para a formação dos mesmos, principalmente, na modalidade de EJA.

Infelizmente, a aposta em ambos os exames demonstra nitidamente a ausência de engajamento político estadual para com a EJA, que desde sempre não é tida como prioridade de investimentos na agenda educacional dos governos, fato este também constatado nos âmbitos municipal e federal.

Tanto o ENCCEJA, quanto os antigos exames supletivos estão muito distantes do que deveria ser uma política pública educacional comprometida com a qualidade da modalidade de EJA e corroboram para a conservação do local de exclusão reservado para a classe trabalhadora, para a qual as possibilidades são desiguais, insuficientes e precárias. Neste sentido, nota-se que o

Esvaziamento do certificado é o que resta para as classes populares, que buscam o ensino, mas tem o acesso a um aprendizado de baixa qualidade, que resulta em um diploma cheio de competência para o mercado e vazio de conhecimento social. (RIBEIRO, 2006, p. 8)

A secretaria de educação estadual do Rio de Janeiro ao aderir o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos obedeceu às diretrizes estabelecidas pela portaria ministerial nº 3.415, de 21 de outubro de 2004, referentes aos critérios para a execução do exame, responsabilizando-se também pela emissão dos certificados e das declarações de proficiência dos candidatos aprovados no ENCCEJA, de acordo com as disposições constantes no inciso VII, do Artigo 24, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e com as disposições determinadas nas portarias e editais lançados pelo INEP no ano em que o candidato participou das provas.

Atualmente, no estado do Rio de Janeiro, a emissão do certificado de conclusão total dos ensinos médio e fundamental através do ENCCEJA pode ser feita pela SEEDUC-RJ e pelo IFRJ, e no caso da Certidão de Proficiência (Parcial) pela rede CEJA, cabendo ao candidato concluinte à incumbência de requerer a sua certificação junto a unidade certificadora escolhida no momento de sua inscrição no exame.

Em razão da precariedade de dados disponibilizados e sistematizados no site do INEP acerca do ENCCEJA, expressado pelos poucos ou até mesmo pela ausência de dados estatísticos referentes ao exame desde a sua criação e mais especificamente desde a adesão do estado do Rio ao mesmo, faremos um recorte temporal das edições de 2017 a 2020, a fim de se visualizar e compreender, neste primeiro momento, a amplitude e o alcance do exame no estado do Rio de Janeiro.

Em 2017, edição em que o ENCCEJA volta a ser responsável também pela certificação do Ensino Médio, o exame teve aplicação no estado do Rio de Janeiro nos municípios de Belford Roxo, Cabo Frio, Campos do Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaperuna, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Saquarema,

Vassouras e Volta Redonda. A edição do ENCCEJA 2017 no estado do Rio de Janeiro atingiu um quantitativo total de 137.144 inscrições, sendo 19.939 inscrições para o ensino fundamental e 117.205 inscrições para o ensino médio. O número de inscrições para a edição do ENCCEJA 2017 no estado do Rio de Janeiro foi tão expressivo que lhe conferiu o quinto lugar no ranking dos estados brasileiros que mais obtiveram inscrições para o exame da referida edição, ficando atrás somente dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

No ano de 2018 o ENCCEJA foi realizado no estado do Rio de Janeiro nos municípios de Belford Roxo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaperuna, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Saquarema, Vassouras e Volta Redonda. A edição de 2018 do exame contou com a participação de 176.613 candidatos a certificação no estado do Rio de Janeiro, 32.955 interessados no diploma do ensino fundamental e 143.658 interessados no diploma do ensino médio. Novamente o estado obteve uma grande procura pelo exame do ENCCEJA, o que lhe garantiu o terceiro lugar no ranking dos estados brasileiros com maior número de inscrição para o exame, sendo precedido apenas de São Paulo e Paraná.

No ano de 2019, segundo dados do Inep, o estado do Rio de Janeiro foi o segundo com o maior número de inscritos para o exame no país, com 351.707 inscrições, ficando atrás somente do estado de São Paulo que teve 524.423 inscritos. Desse montante, 70.072 inscrições foram destinadas para a etapa do ensino fundamental e 281.635 para a etapa do ensino médio. Nessa edição o exame foi aplicado nos municípios de Angra dos Reis, Araruama, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Japeri, Macaé, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Seropédica, Teresópolis, Três Rios, Vassouras e Volta Redonda. A capital do estado do Rio de Janeiro registrou ainda o maior número de inscrições para o ENCCEJA dentre os demais municípios com aplicação da prova, totalizando 121.933 inscritos, sendo 20.790 para o ensino fundamental e 101.143 para o ensino médio.

A edição do ENCCEJA 2020 no estado do Rio de Janeiro atingiu um quantitativo total de 216.623 inscrições, que apesar de ser inferior ao registrado na

edição anterior ainda é um número muito alto, principalmente se considerarmos que sua ocorrência se deu em meio a maior pandemia dos últimos tempos. Novamente o Rio de Janeiro contabilizou o segundo maior número de inscrições dentre os estados do país, sendo antecedido apenas pelo estado de São Paulo que obteve 260.768 inscritos. Na referida edição o exame foi aplicado nos municípios de Angra dos Reis, Araruama, Barra do Pirai, Barra Mansa, Belford Roxo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Japeri, Macaé, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Seropédica, Teresópolis, Três Rios, Vassouras e Volta Redonda. A cidade do Rio de Janeiro, em mais uma edição, recebeu o maior número de inscrições do estado, com 77.033 inscritos.

Tanto em nível nacional, quanto em nível estadual, o ENCCEJA tem se configurado como um relevante instrumento de escolarização na modalidade de EJA. Ao mensurarmos os números alcançados pelo exame, entre as edições de 2017 a 2020, é possível percebermos o protagonismo que o mesmo vem adquirindo com o passar dos anos no cenário educacional do nosso estado, o que não destoia da realidade nacional. É crescente o número de candidatos ao exame, assim como o progressivo aumento no número de municípios com a aplicação da prova do ENCCEJA ao redor do estado do Rio de Janeiro, situação que gera preocupação e incertezas sobre o futuro da EJA.

Como se não bastassem os constantes ataques sofridos pela EJA, constatamos novamente o incessante incentivo ao ENCCEJA. Ao realizarmos uma rápida pesquisa no google é possível encontrarmos “centros de preparação” para o exame, alguns, inclusive, estruturados por diferentes secretarias de educação, com a oferta de aulas preparatórias específicas para a realização da prova do ENCCEJA, como é o caso do Município de Maricá com o projeto “PRÉ-ENCCEJA PAULO FREIRE”. Iniciativas como essa, que colocam em cheque o sentido da EJA, são razões que nos fazem questionar a infeliz possibilidade de que a EJA venha a se tornar um mero cursinho preparatório do ENCCEJA, com seus valores deturpados, seus currículos alterados e subordinados aos componentes e saberes curriculares de um exame nacional e na pior das hipóteses esteja fadada a extinção.

Ao compararmos as 253.950 matrículas na EJA no estado do Rio de Janeiro em 2019, ano que antecedeu o período de pandemia no país, com os 351.707 inscritos no ENCCEJA na edição do mesmo ano, percebemos que muitos jovens e adultos têm escolhido e preferido o referido exame como meio para a sua certificação, apostando, assim, no potencial formativo do ENCCEJA. Em contrapartida percebemos que as desigualdades de oportunidades educacionais reveladas na EJA no estado do Rio de Janeiro, acentuadas pela ausência de políticas públicas para a modalidade, contribuem para o enfraquecimento, o sucateamento e o progressivo afastamento do público da EJA rumo ao ENCCEJA.

### **3.3- Quem são e o que dizem os participantes do ENCCEJA no Estado do Rio de Janeiro?**

Vimos nas sessões anteriores que a procura pelo ENCCEJA no estado do Rio de Janeiro aumentou consideravelmente nos últimos anos, sobretudo nas edições que antecederam a pandemia de covid-19. A gratuidade na taxa de inscrição, atrelada a uma forte divulgação governamental do exame nas mídias sociais e a promessa de uma formação de nível fundamental e médio em curto prazo são alguns dos muitos fatores que vem corroborando para que o ENCCEJA venha sendo estabelecido como uma das principais políticas públicas educacionais de EJA no cenário estadual atual, atraindo assim uma grande quantidade de candidatos em todo o estado e impactando diretamente na vida de milhares de jovens e adultos fluminenses.

Neste sentido, buscando compreender quem são os sujeitos afetados pelo referido exame, suas motivações e suas percepções sobre o mesmo, realizamos neste subcapítulo uma análise acerca do perfil dos participantes do ENCCEJA com base nos dados extraídos das sinopses estatísticas do exame, produzidas pelo INEP a partir dos questionários contextuais respondidos pelos candidatos, com foco especial nos indicadores referentes ao gênero, faixa etária e renda familiar, entre as edições de 2017 a 2019.<sup>10</sup> Entrevistamos, também, alguns participantes que optaram pelo exame no estado neste período.

---

<sup>10</sup> Não foi possível analisar a edição de 2020, pois a sinopse estatística com os dados do questionário socioeconômico dos participantes ainda não está disponível no site do INEP.

Foram realizadas um total de oito entrevistas semiestruturadas e individuais com participantes do ENCCEJA entre o período supracitado. Todos residentes no estado do Rio de Janeiro, sendo cinco participantes da cidade do Rio de Janeiro, dois da cidade de São Gonçalo e um da cidade de São Pedro da Aldeia. Do total de entrevistados cinco eram homens e três eram mulheres. Todos com idades que variam entre 18 a 42 anos no momento de realização do exame.

A edição do ENCCEJA de 2017 teve predominância de candidatas do sexo feminino inscritas para a realização do exame no estado. Das 137.144 inscrições na prova da referida edição, 72.153 eram de indivíduos do sexo feminino, o que representa aproximadamente 53% do total de inscritos, enquanto 64.991 eram de indivíduos do sexo masculino, o que representa aproximadamente 47% do total de inscritos. O mesmo ocorreu nas edições de 2018 e 2019, onde constatou-se novamente a prevalência de mulheres inscritas no exame no estado. No ENCCEJA 2018, das 176.613 inscrições registradas na prova, 96.826 eram de candidatas do sexo feminino e 79.787 eram de candidatos do sexo masculino, totalizando, respectivamente, aproximadamente 55% e 45% das inscrições. Já no ENCCEJA 2019, dos 351.707 inscritos no exame, 189.653 eram do sexo feminino e 162.054 eram do sexo masculino, o que representa aproximadamente 54% e 46% das inscrições, respectivamente.

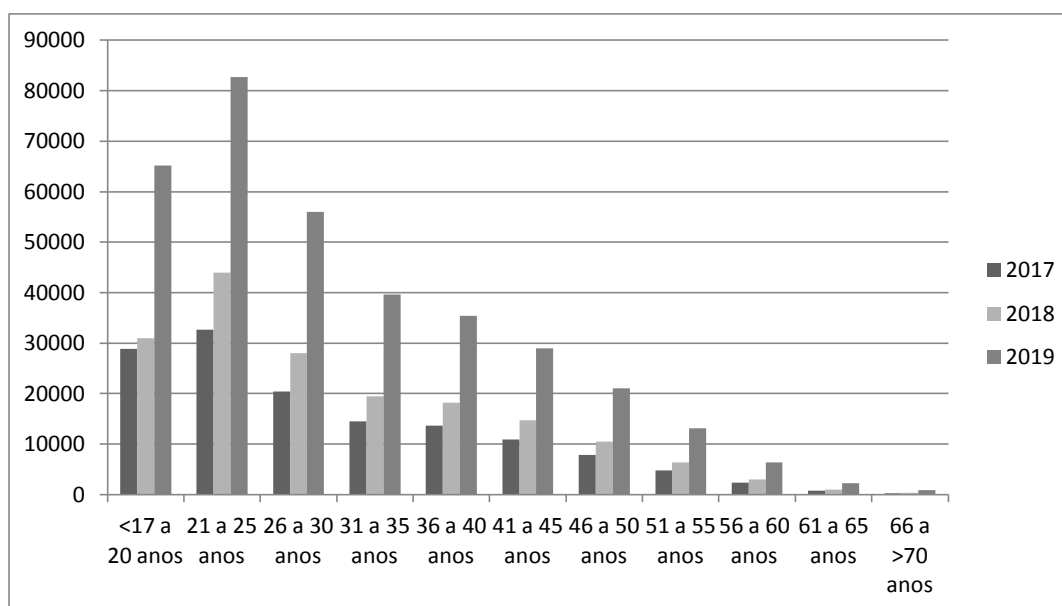
Percebemos que a mesma característica foi identificada nas três edições analisadas, ou seja, as mulheres foram a maioria no que diz respeito ao número de participantes inscritos por sexo no estado nos últimos anos. Esses dados são um reflexo das transformações culturais e econômicas que a nossa sociedade vem vivenciando, transformações essas que impactam diretamente nas questões de gênero, tendo em vista o aumento da inserção de mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos meios educacionais. Atrelado a isso, atualmente, muitas mulheres são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias. O Rio de Janeiro é, inclusive, um dos estados com o maior índice de mulheres chefes de família no Brasil, o que tem contribuído para que esse público recorra ao ENCCEJA em busca de uma certificação que aumente as suas possibilidades na disputa por oportunidades de emprego.

Com relação à faixa etária dos participantes, reunimos as idades próximas em grupos com intervalos de aproximadamente cinco anos, visando à facilitação da



análise dos dados disponibilizados pelo INEP sobre o público do exame nesse quesito, conforme tabela abaixo.

TABELA 1: FAIXA ETÁRIA DOS INSCRITOS NO ENCCEJA DE 2017 A 2019



Fonte: Elaboração da autora com base nas sinopses estatísticas do ENCCEJA/INEP

A partir dos dados apresentados na tabela acima, notamos a existência de uma diversificação do perfil etário dos participantes do ENCCEJA no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2017 a 2019. No entanto, é possível percebermos uma preponderância de candidatos adolescentes e jovens em todas as edições referenciadas.

O grupo composto pelos participantes com idades entre 21 a 25 anos são maioria nas três edições. Em 2017 esse grupo totalizou 32.674 inscrições, o que representa aproximadamente 24% dos participantes do ENCCEJA 2017. Em 2018 esse grupo somou 43.972 inscrições, o que representa aproximadamente 25% dos participantes do ENCCEJA 2018. Já em 2019 esse grupo alcançou a expressiva marca de 82.746 inscrições, o que representa aproximadamente 23% dos participantes do ENCCEJA 2019.

Em seguida, no ranking de grupos etários com maior participação no ENCCEJA entre os anos analisados, vem o grupo composto pelos candidatos com idades entre >17 a 20 anos, que ocupou o segundo lugar nas três edições

mencionadas. Em 2017 esse grupo obteve 28.823 inscrições, o que equivale a aproximadamente 21% dos participantes do ENCCEJA 2017. Em 2018 esse grupo totalizou 30.953 inscrições, o que equivale a aproximadamente 17% dos participantes do ENCCEJA 2018. Já em 2019 esse grupo atingiu significativa marca de 65.198 inscrições, o que equivale a aproximadamente 18% dos participantes do ENCCEJA 2019.

Dentre os candidatos entrevistados, nesta pesquisa, 50% possuíam menos de 25 anos no momento da realização do ENCCEJA. Dois deles, inclusive, possuíam 18 anos e aderiram ao ENCCEJA logo após abandonarem o ensino médio regular, como podemos observar nos trechos, a seguir, extraídos das entrevistas.

Segundo o participante 7 sua escolha pelo ENCCEJA se deu

[...] devido a algumas coisas que aconteceram comigo no ensino médio, que eu troquei de escola duas vezes... Saí da FAETEC, fui para o CEFET. Depois no CEFET, lá dentro, me reprovaram e eu estava no terceiro ano ainda... Eu já estava há muito tempo no ensino médio e não aguentava mais, aí eu fiz a prova do ENCCEJA pra sair de lá.

Já o participante 8 revelou que no seu caso a escolha pelo ENCCEJA

[...] não é muito o caso daquele pessoal que estava sem estudar, que normalmente a gente está acostumado, tá ligado? Sem oportunidade, apareceu o ENCCEJA e etc... Eu estudava no CPIL e eu saí no segundo ano. Estava com muita coisa na cabeça e muita coisa acontecendo em casa. Aí começou a greve, eu ia ficar mais tempo lá e eu estava com a sensação de perda de tempo.

Em ambos os casos, podemos perceber que o ENCCEJA funcionou como um instrumento de regularização do fluxo escolar e de aceleração dos estudos. Lamentavelmente, estes exemplos não são isolados. Pelo contrário, nos últimos anos, têm aumentado exponencialmente a adesão precoce de jovens não somente à EJA, como também ao ENCCEJA.

Com base nas informações ponderadas, foi possível detectarmos a ocorrência de uma tendência de "juvenilização" dos participantes do ENCCEJA em suas edições no estado, fenômeno esse também observado entre os estudantes da EJA.

O debate sobre a "juvenilização" na EJA já é uma pauta bastante recorrente entre os estudiosos da modalidade na atualidade e motivo de muita preocupação. Esse fenômeno vem ocorrendo, cada vez mais intensamente, em razão especialmente da ausência de políticas educacionais voltadas para a questão da distorção idade-série.

Em análise ainda sobre a grande quantidade de participantes do ENCCEJA com idade inferior a 25 anos, outro ponto que merece destaque nessa observação diz respeito ao fato desse grupo compor a faixa etária dos novos candidatos ao mundo do trabalho. Neste sentido, a importância conferida a escolarização básica pelo mercado de trabalho impulsiona muitos desses jovens a investirem no ENCCEJA para suprirem, em curto prazo, a ausência de escolaridade, tornando-se aptos para serem alocados em postos de trabalho precarizados e com reduzidas chances de ascensão profissional.

Para a participante 4, o ENCCEJA,

[...] foi o modo mais fácil, o modo mais rápido. Foi a praticidade de eu ter o ensino médio completo pra eu conseguir entrar numa empresa mais comum: um supermercado, né? Pra eu conseguir trabalhar mais rápido, eu precisava disso pra conseguir trabalhar.

A questão da renda familiar dos participantes é outro fator muito importante a ser considerado nesse estudo, assim como a situação ocupacional e educacional dos mesmos, posto que estas variáveis influenciam fortemente na escolha pelo ENCCEJA e em alguns casos na evasão da EJA.

Apesar de nas edições do ENCCEJA dos anos de 2017, 2018 e 2019 a maioria dos participantes terem declarado exercer algum tipo de atividade remunerada, seja no mercado formal ou informal, o número de pessoas que responderam ao questionário declarando não exercer atividade remunerada é bastante expressivo: 28.820 em 2017, 38.245 em 2018 e 79.572 em 2019. Fato este que influi diretamente na renda dos mesmos.

No ENCCEJA 2017 aproximadamente 32% dos participantes recebiam entre R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50, aproximadamente 24% recebiam até R\$ 937,00 e aproximadamente 6% não possuíam nenhuma renda. No ENCCEJA 2018 aproximadamente 46% dos participantes recebiam entre R\$ 954,01 a R\$ 2.862,00, aproximadamente 40% recebiam até R\$ 954,00 e aproximadamente 7% não possuíam nenhuma renda. Já no ENCCEJA 2019 aproximadamente 44% dos participantes recebiam entre R\$ 954,01 a R\$ 2.862,00, aproximadamente 42% recebiam até R\$ 954,00 e aproximadamente 7% não possuíam nenhuma renda.

Verificamos em todas as edições averiguadas, em termos de faixa salarial, que a maioria dos participantes do ENCCEJA apresenta renda mensal familiar que varia entre um até três salários mínimos, além de uma grande quantidade de

participantes que vivem com até um salário mínimo ou até mesmo sem nenhuma renda. O mesmo fato foi percebido entre os participantes entrevistados na presente pesquisa, no qual a maioria possui renda mensal familiar entre um até três salários mínimos.

Ainda de acordo com o questionário socioeconômico do INEP e as entrevistas realizadas, os participantes que buscam a elevação de sua escolaridade através do ENCCEJA o fazem com a finalidade de melhorar o seu futuro e sua qualidade de vida. Tanto na edição do ENCCEJA 2017, quanto nas edições de 2018 e 2019, as respostas "conseguir um emprego" ou "conseguir um emprego melhor" foram as mais escolhidas no que se refere ao principal motivo para voltar a estudar ou continuar estudando.

Já entre as principais motivações para participar do ENCCEJA muitos candidatos responderam que o escolheram por ser o meio mais viável para continuarem os seus estudos e os conciliarem com os seus respectivos trabalhos. Entre os entrevistados, o ENCCEJA também foi apontado pela maioria como o meio mais exequível de retomarem sua escolarização e mais acessível para conciliarem com as suas condições de trabalho e pessoais.

De acordo com o participante 6, a escolha pelo ENCCEJA e não pela EJA ocorreu, pois seria possível

[...] conciliar o serviço com a prova, porque eu só precisaria ir lá e fazer a prova. Aí nesse ponto ajuda muito, porque você não precisa estar presente na escola e só vai uma vez pra fazer a prova... Eu tava pensando mais por causa da prova, porque é só fazer a prova... Eu não precisaria largar do serviço às pressas pra vir, até porque tinha esse problema de sair mais cedo, o pessoal da chefia não queria liberar. Nesse ponto era mais fácil, ajudava mais, porque era só chegar e estudar um pouco pra fazer a prova.

Outro ponto bastante apontado entre os participantes entrevistados para escolherem o ENCCEJA refere-se à questão da rapidez e facilidade proporcionada pelo exame, principalmente pelo fato de muitos precisarem do diploma em curto prazo, seja para conseguirem um emprego, seja para se manterem no que estão e quem sabe melhorar.

A participante 2 declarou acreditar que

[...] Com o ENCCEJA a gente consegue o certificado mais rápido. Então, é mais prático, eu acredito. É um caminho que a gente adquire pela facilidade mesmo e porque é necessário, senão você não consegue... É um ensino

médio hoje em dia não é nada para você conseguir entrar no mercado de trabalho, é muito pouco a nível do que se pede... Tanto de experiência. Ter o ensino médio é o mínimo que a gente pode ter e a gente acaba recorrendo a isso, mais pensando no mercado de trabalho do que realmente pra aprender, do que realmente pra educação. É triste, mas é a realidade.

Entretanto, apesar de destacarem esse aspecto como sendo algo "vantajoso" no exame, novamente, a maioria contou e concordou que não considera que somente o ENCCEJA seja capaz de lhes proporcionar uma formação integral e com aprendizagens significativas, necessárias para uma digna inserção na dinâmica social, como podemos observar no discurso da participante 2:

[...] Acredito que uma prova não supre uma formação integral e com aprendizagens significativas. Eu acho que as pessoas que fazem o ENCCEJA fazem muito na sorte né?! As provas são todas múltipla escolha, eu duvido muito que as pessoas estudam para poder passar. Eu, pelo menos, não estudei. Fui lá tentar a sorte e não consegui.

Já a participante 3 respondeu que não considera o ENCCEJA capaz de proporcionar uma formação integral e significativa, "[...] porque não aprende nada. Estuda pra ser aprovado, somente". Enquanto, a participante 4 informou que

[...] eu vejo que eu teria uma formação melhor se eu tivesse feito o terceiro ano e o segundo ano. Eu teria revisado tudo que eu aprendi hoje. Muita coisa eu não lembro e não sei, porque eu deixei de fazer o terceiro ano e o segundo ano. Então, eu não aconselharia um jovem de 16/17 anos a fazer, né?!

O que nos leva a uma nova reflexão sobre como a EJA vem sendo ofertada para esse público, não condizendo, muitas vezes, com as condições e as necessidades desses alunos trabalhadores, fato este que pode sinalizar e justificar a constante taxa de evasão na EJA e, inclusive, a opção pelo ENCCEJA. Como podemos observar em um trecho extraído do relato do participante 5.

No ano de 2017, eu não tenho as informações aqui corretas, mas me lembro que eu me inscrevi no EJA, numa escola próxima aqui... num bairro, pra poder conseguir as notas que faltavam né?! E correr atrás para conseguir a minha certificação, só que depois devido às dificuldades que eu tinha de conciliar o meu trabalho com os horários de provas, de estudar... eu não consegui. Teve muita complicação, a empresa não ajudava com a questão de horários, os horários da escola não eram flexíveis... tinha dias de provas, horários e eu não conseguia conciliar com o meu trabalho. Foi aí, então, que em 2018 eu tive a informação de que eu poderia tentar conseguir as notas que faltaram pra mim se eu fizesse o ENCCEJA. Foi onde eu corri

atrás, fiz a prova e obtive resultado positivo e consegui a minha certificação do ensino médio.

É perceptível, mediante a todo o exposto, o forte vínculo com a questão do trabalho em todas as características analisadas. Essas expectativas com relação ao mundo do trabalho têm levado muitas pessoas a participarem do ENCCEJA, visando uma melhor inserção na dinâmica econômica de nossa sociedade, que nem sempre ocorre, posto que o certificado apenas viabiliza, mas não garante a inserção ou a ascensão da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Para o participante 6, por exemplo, o seu certificado do ENCCEJA no ensino fundamental não o ajudou a atingir os seus objetivos e "bem dizer não serviu de nada".

Por fim, mediante ao exposto e a partir dos dados a apresentados podemos definir que os participantes do ENCCEJA são jovens e adultos, em sua maioria menores de 25 anos; homens e mulheres, com maior incidência de candidatas do sexo feminino; da classe trabalhadora; e pertencentes aos estratos sociais de baixa renda; que lutam diariamente por uma vida mais digna, mas que encontram na falta de escolarização obstáculos a serem transpostos e acabam recorrendo ao ENCCEJA, apesar de, em muitos dos casos, compreenderem se tratar de uma certificação "vazia", incapaz de contemplar suas necessidades de formação, porém um "mal" necessário dentro de suas escassas possibilidades educativas para a sua adaptação e até mesmo conformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi estudado, podemos afirmar que a Educação de Jovens e Adultos é fruto de embates, se configurando como uma modalidade de educação que foi se modificando ao longo do tempo até a conquista social de sua institucionalização na política educacional que conhecemos hoje. Por todo exposto, observamos que o ENCCEJA, apesar de suas contradições, vem se constituindo como uma das principais políticas empreendidas para a classe trabalhadora, nos últimos anos, não só no estado do Rio de Janeiro, como em todo o país. No entanto, mesmo com esse protagonismo alcançado, o próprio ENCCEJA é, ainda, uma política pública para a EJA negligenciada, tendo em vista as descontinuidades de suas edições e aplicações, ao longo dos seus vinte anos de implementação, assim como a escassez de dados e relatórios estatísticos acerca do referido exame, o que demonstra a pouca importância dada para a modalidade pelos órgãos competentes.

A certificação propiciada através do ENCCEJA pode vir a contribuir com o analfabetismo funcional, posto que muitos jovens e adultos que adquirem seus diplomas através do exame alegam não conseguir suprir sua carência educacional, permanecendo com uma enorme defasagem de aprendizado. Assim como, contribuí para que o Estado se desresponsabilize pelo oferecimento de uma educação para jovens e adultos realmente digna e comprometida com a qualidade formativa desse público, maquiando os índices de elevação da escolaridade da população brasileira.

O ENCCEJA, além de todas as problemáticas já destacadas, é também um exame excludente, pois não consegue atingir uma considerável parcela do público atendido por essa modalidade de ensino, como é o caso de muitos idosos. Ademais, nem todos são autodidatas, sabem usar e dispõem de internet ou aparelhos tecnológicos, já que as inscrições e os materiais viabilizados para a preparação do exame, por exemplo, são todos online.

Concluimos, ainda, de forma preliminar, que o destaque conferido ao ENCCEJA como principal política pública educacional para a escolarização da EJA, nos últimos anos, no estado do Rio de Janeiro, parece contribuir direta e indiretamente para a diminuição de matrículas da modalidade.

A demanda potencial no estado para a EJA é real, todavia, um conjunto de fatores de ordem social, política, econômica e cultural têm culminado na opção do público jovem e adulto pelo ENCCEJA.

As “facilidades” proporcionadas pelo ENCCEJA, somadas à inviabilidade da EJA, seja em razão do baixo número de unidades escolares com ofertas de ensino presencial para a modalidade no estado, agravado pelo recorrente fenômeno de fechamento; seja em função da incompatibilidade dos currículos aos moldes da escola “tradicional” e dos horários de aulas extensos demais, o que dificulta a conciliação dos estudos com o trabalho e com as questões familiares; tem influenciado na decisão de jovens e adultos pela evasão e, em muitos casos, pela nem cogitação da EJA.

Embora, a maioria dos participantes tenha a compreensão de que o ENCCEJA não é capaz de lhes proporcionar aprendizagens significativas, necessária a sua emancipação enquanto sujeito de direitos e ao pleno exercício da sua cidadania, acabam optando pelo referido exame devido à falta de oportunidades educativas e pela necessidade de adequação as demandas do capital, na esperança por uma inclusão no mercado de trabalho que nem é garantida.

A forte presença do ideário neoliberal no âmago do ENCCEJA coloca a educação sob a lógica do mercado e lhe confere características que privilegiam os conceitos de meritocracia e competitividade, deturpando-a enquanto um direito social, transformando-a em uma mercadoria e culpabilizando os sujeitos pela sua não escolarização, quando na verdade isso é uma consequência das desigualdades sociais promovidas pelo próprio modelo vigente. O certificado passa a ser mais valorizado do que o próprio conhecimento e a classe trabalhadora torna-se apenas uma rele engrenagem no sistema capitalista.

No entanto, a educação é um direito de todos, não um favor. Logo, não podemos permitir que o ENCCEJA sirva como um mecanismo que justifique um “falso” compromisso do Estado com a promoção de uma educação de qualidade para a EJA. O exame pode servir como complementação desse segmento, e não como meio substitutivo a ele. Infelizmente, nos parece que a intencionalidade do governo ao adotar e aplicar o ENCCEJA restrinja-se a sucatear essa modalidade de ensino, já tão marginalizada no campo das políticas públicas.

Em tempos de retrocessos, de constantes ataques a educação pública brasileira e aos direitos da classe trabalhadora, precisamos, urgentemente, desvincular da EJA



a concepção, reforçada pelo ENCCEJA, de uma educação de caráter compensatório, meramente certificadora e com padrões de qualidade de ensino mínimos para a preparação desse aluno para o mercado de trabalho, pois se mantivermos a atual tendência de direcionamento e planejamento para a EJA por meio do ENCCEJA a classe trabalhadora não terá jamais a educação que merece e necessita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, C. L. de M. & OLIVEIRA, L. de. O Madureza em São Paulo. São Paulo: FCC, 1971 In: HADDAD, Sérgio. **O Ensino Supletivo no Brasil O Estado da Arte**. Brasília, INEP, 1987.
- BERNARDIM, Márcio L. **Educação do trabalhador: da escolaridade tardia à educação necessária**. Guarapuava: Unicentro, 2007
- BÔAS, Bruno Villas. IBGE: Analfabetismo cai no país, mas fica estagnado no Nordeste. **Valor – O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/15/ibge-analfabetismo-cai-no-pas-mas-fica-estagnado-no-nordeste.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Equipe que atuará na aplicação do exame inicia capacitação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/encceja?start=40>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Exame não será mais utilizado para certificar o ensino médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/47501-exame-nao-sera-mais-utilizado-para-certificar-o-ensino-medio>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 23/2008, de 8 de outubro de 2008**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023_08.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)**. Ata da décima segunda sessão ordinária. 14 mar. 2006. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/725>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- BRASIL. **Portaria nº 111, de 14 de dezembro de 2002**. Regulamenta o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos de 2003. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/legistacao/2002/portaria111.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria111.pdf). Acesso em: 6 dez. 2020.
- CASTRO, Josélia Saraiva. **O exame de madureza no sistema de ensino brasileiro**. 1973. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/o-exame-de-madureza-\(\)-joselia-saraiva-castro.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/o-exame-de-madureza-()-joselia-saraiva-castro.pdf). Acesso em: 14. jun. 2021.
- CATELLI JR, Roberto. **Políticas de certificação por meio de exames nacionais para a Educação de Jovens e Adultos: um estudo comparado entre Brasil, Chile e México**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, [S. l.], 2016. Disponível em: [https://d1wqtxs1xzle7.cloudfront.net/48882988/TESE\\_CATELLI\\_COMPLETA\\_REV\\_FINAL.pdf?1474032137=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPolíticas\\_de\\_certificacao\\_por\\_meio\\_de\\_ex.pdf&Expires=1642103147&Signature=DvVlub3toLvjie4DyThzdQ1btVh4le1WSqzQLwZYFYYP8IEn937o nU~R4Ocp29a9-4CrpADtBtUZf5vvo4RM6QRYyZrNKIPE3NN4E4~lvNq1XZNT6JcmmXPWbfrqwCJ~9c4Z0PIIgt6EnZqLOhhjtW76fBjATziawZmZX~hv-5mDn2kDcYpiV8hTmiUEVQyrG74Je2CxWYvc1qJDvKWUmZwH911SeoTbRFPdg38BBiZjJozhNoF9ykHYb1KCYo-PEyUErQxSCcwEKeyTUVIvYNZtUEMx-aAe4Rvnw4x~IIU5qJblqvFuTylQVuxb6deR46YBnIO8ZVXakQ4bfDguA\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxs1xzle7.cloudfront.net/48882988/TESE_CATELLI_COMPLETA_REV_FINAL.pdf?1474032137=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPolíticas_de_certificacao_por_meio_de_ex.pdf&Expires=1642103147&Signature=DvVlub3toLvjie4DyThzdQ1btVh4le1WSqzQLwZYFYYP8IEn937o nU~R4Ocp29a9-4CrpADtBtUZf5vvo4RM6QRYyZrNKIPE3NN4E4~lvNq1XZNT6JcmmXPWbfrqwCJ~9c4Z0PIIgt6EnZqLOhhjtW76fBjATziawZmZX~hv-5mDn2kDcYpiV8hTmiUEVQyrG74Je2CxWYvc1qJDvKWUmZwH911SeoTbRFPdg38BBiZjJozhNoF9ykHYb1KCYo-PEyUErQxSCcwEKeyTUVIvYNZtUEMx-aAe4Rvnw4x~IIU5qJblqvFuTylQVuxb6deR46YBnIO8ZVXakQ4bfDguA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 15 abr. 2020.

CATELLI JR., R.; HADDAD, S.; RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2014. Disponível em: [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/relatorio\\_final\\_INEP\\_EJA.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/relatorio_final_INEP_EJA.pdf). Acesso em: 28 abr. 2021.

CATELLI JR., Roberto; GISI, Bruna; SERRAO, Luis Felipe. ENCCEJA: cenário de disputas na EJA. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a05v94n238.pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. XXI, n. 55, Campinas, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqgQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2021.

EXAMES supletivos têm novas regras no Rio. **O Globo**, 05 set. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/exames-supletivos-tem-novas-regras-no-rio-4156415>. Acesso em: 3 nov. 2021.

FANTINATO, M., VARGAS, A. & MOURA, J. "Não olha para a cara da gente": ensino remoto na EJA e processos de invisibilização em contexto de pandemia. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, 13(1), p. 104-124, 2020. Disponível em: <https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/598/501>. Acesso em: 21 out. 2021.

FERNANDES, Marcos Vinicius Reis; DE ALVARENGA, Marcia Soares. O ENCCEJA EM CONTRAPONTO. **SENPE-Seminário Nacional de Pesquisa em Educação (ISSN 2675-8970)**, v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: <https://portaleventos.uuffs.edu.br/index.php/SENPE/article/view/14703>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, N. S. C. Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática da Educação na "Cultura Globalizada. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.25, n.89, p. 1227- 1249, set./dez. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. Educ. Saúde**, v.5 n.3, p. 521-536, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/P4GFSHpzx6jVDYStftMsbWj/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum**. In: a produtividade da escola improdutiva. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 35-68

FUNDAÇÃO CECIERJ. **Rede CEJA é responsável pelas certificações parciais do ENCCEJA**. Rio de Janeiro, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/2019/12/11/rede-ceja-e-responsavel-pelas-certificacoes-parciais-do-encceja/> Acesso em: 26 jun. 2021.

HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. 1991. Tese (Doutorado Em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. 360p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA. In: **Base de dados**, [20-]. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/exame-nacional-para-certificacao-de-competencias-de-jovens-e-adultos-encceja.html> Acesso em: 18 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do estado do Rio de Janeiro**. [2020] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>. Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Catálogo de Escolas**. 10 nov. 2020. Disponível em: Catálogo de Escolas — Inep ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame para certificação de ensino bate recorde 29 milhões de inscritos**. 2019 Disponível em: [http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/exame-para-certificacao-de-ensino-bate-recorde-2-9-milhoes-de-inscritos/21206#:~:text=As%20inscri%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20Exame,exame%20teve%201.695.607%20inscritos](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/exame-para-certificacao-de-ensino-bate-recorde-2-9-milhoes-de-inscritos/21206#:~:text=As%20inscri%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20Exame,exame%20teve%201.695.607%20inscritos). Acesso em: 08 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA Edital nº 43 de 24 de julho de 2017. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – ENCCEJA Nacional 2017. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 141, p. 43, 25 jul. 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/nacional/2017/edital\\_n43\\_de\\_24072017\\_encceja\\_nacional\\_2017.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/nacional/2017/edital_n43_de_24072017_encceja_nacional_2017.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA Edital nº 43 de 24 de julho de 2017. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – ENCCEJA Nacional 2017. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 141, p. 43, 25 jul. 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/nacional/2017/edital\\_n43\\_de\\_24072017\\_encceja\\_nacional\\_2017.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/nacional/2017/edital_n43_de_24072017_encceja_nacional_2017.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA Edital nº 15 de 13 de março de 2018. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – ENCCEJA Nacional 2018. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 50, p. 60, 14 mar. 2018. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/nacional/2018/edital\\_n15\\_de\\_13032018\\_encceja\\_nacional\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/nacional/2018/edital_n15_de_13032018_encceja_nacional_2018.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA Edital nº 32 de 07 de maio de 2019. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – ENCCEJA Nacional 2019. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 87, p. 57, 08 maio 2018. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/nacional/2019/edital\\_n32\\_de\\_07052019\\_encceja2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/nacional/2019/edital_n32_de_07052019_encceja2019.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **PressKit ENCCEJA 2020**. 2020. Disponível em: [presskit\\_encceja2019.pdf](https://inep.gov.br/presskit_encceja2019.pdf) (inep.gov.br). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA Edital nº 101 de 23 de novembro de 2020. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos – ENCCEJA Nacional 2020. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 226, p. 97, 26 no. 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/encceja/legistacao/nacional/2020/edital\\_n101\\_23112020.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/nacional/2020/edital_n101_23112020.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Portaria nº 44, de 10 de março de 2005**. Exame Nacional de Avaliação na modalidade de educação de jovens e adultos, 2005. Disponível em: Microsoft Word - PortariaEncceja2005.DOC (inep.gov.br) Acesso em: 03 nov. 2021.

KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/539>. Acesso em: 05 set. 2020.

MACHADO, Maria Margarida; LAGO, Stephany Nascimento. Políticas de Certificação para Jovens e Adultos – o caso dos Exames de Madureza. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 8, dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/10416>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MACHADO, R.C.F; PALUDO, C. Educação de jovens e adultos (EJA) e a relação trabalho/educação no trabalho de educação popular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 1, p. 137-150, jan./abr. 2014.

MANHAS, Cleo. Diálogo com o tsunami da educação: números nada animadores. **INESC**, 14 ago. 2019 Disponível em: <https://www.inesc.org.br/dialogo-com-o-tsunami-da-educacao-numeros-nada-animadores/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MARINHO, Bianca. Encceja 2017 tem 1,5 milhão de inscritos para prova que dará diploma dos ensinos médio e fundamental, diz Inep. **G1**, 28 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/encceja-2017-tem-15-milhao-de-inscritos-diz-inep.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência** – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

OLIVEIRA LIMA, Lauro de. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Ed. Brasília, 1974.

OLIVEIRA, Sebastião Monteiro; REBOUÇAS, Inalda Figueiredo; DOS SANTOS, Flávio Lúcio Borges; PEREIRA, Mikaelly Cristiny de Almeida; DA SILVA, Rosa da Conceição; PINTO, Vinícius Sant'ana. A trajetória do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). In: OLIVEIRA, Sebastião Monteiro (org.) **A educação de jovens e adultos em tempos de incertezas: debates contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Soul editora, 2019. cap. 2, ISBN 978-85-94170-21-7.

PREFEITURA DE MARICÁ. **Formulário de inscrição Pré-ENCCEJA/Paulo Freire**. Maricá: RJ, [2020?]. Disponível em: Formulário de Inscrição PRÉ-ENCCEJA | PAULO FREIRE | Prefeitura de Maricá ([marica.rj.gov.br](http://marica.rj.gov.br)) Acesso em: 03 nov. 2021.

RIBEIRO, Masagão; JUNIOR, Roberto Castelli; HADDAD, Sérgio (Org.). **A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

RIBEIRO, T.P.R. Neoliberalismo, Educação e Avaliação. **ANPAE**. São Paulo, 2006. Disponível em: [https://anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT1/GT1\\_Relato/ThainaPortelaRegoRibeiro\\_GT1\\_integral.pdf](https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Relato/ThainaPortelaRegoRibeiro_GT1_integral.pdf). Acesso em: 03 nov.2021.

RJ MUDA regras para exames supletivos. **G1**, São Paulo, 06 set. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL100196-5604,00-RJ+MUDA+REGRAS+PARA+EXAMES+SUPLETIVOS.html>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RODRIGUES, Marcilene. **O Exame Nacional Para Certificação De Competências De Jovens E Adultos: Implementação No Município De Campo Grande/MS (2010–2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1019669-marcilene-ferreira-rodrigues.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2021.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O "novo" que reitera antiga destituição de direito. **Revista de Ciências da**

**Educação**, Lorena, SP, n. 2, p. 35-50, 2007. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/sisifo0203\\_rummert.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/sisifo0203_rummert.pdf). Acesso em: 15 nov. 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista** (Impresso), p. 29-45, 2007.

SAVIANI, D. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. **Germinal**: marxismo e educação em debate - Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados: 2008. (Coleção Educação Contemporânea). p. 11-22.

SERRA, Enio; VENTURA, Jaqueline; ALVARENGA, Márcia; REGUERA, Emilio. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por educação de jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro. **Revista Crítica Educativa**. São Paulo: Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 25-41, ago./ dez 2017. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v3i3.243>. Acesso em 10 out. 2021.

SERRAO, Luis Felipe. **Exames para certificação de conclusão de escolaridade**: os casos do ENCCEJA e do ENEM. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01122014-103636/publico/LUIS\\_FELIPE\\_SOARES\\_SERRAO\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01122014-103636/publico/LUIS_FELIPE_SOARES_SERRAO_rev.pdf). Acesso em 22 jan. 2021.

SILVA, Graziela Rosa Lucchesi. **Educação de Jovens e Adultos e Psicologia histórico-cultural**: a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores precariamente escolarizados. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: [http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Teses/tese\\_graziela\\_lucchesi\\_rosa\\_da\\_silva.pdf](http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Teses/tese_graziela_lucchesi_rosa_da_silva.pdf). Acesso em 07 jan. 2021.

SILVA, Suzana Campos. A política de fechamento de escolas estaduais no Rio de Janeiro e suas consequências socioespaciais. In: 14º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS, 14., São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Unicamp, 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3228/3093>. Acesso em: 3 nov. 2021.

VENTURA, Jaqueline; OLIVEIRA, Francisco. A travessia “do EJA” ao Encceja: será o mercado da educação não formal o novo rumo da EJA no Brasil? **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 03, p. 80-97, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Mariana%20Bellot/Downloads/9427-Texto%20do%20artigo-25348-1-10-20200827.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

VIEIRA, Maria Clarisse. Possíveis impactos das políticas de avaliação na Educação de Jovens e Adultos: o ENCCEJA (2002) em questão. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 43, p. 95-110, 2006. Disponível em: <http://educacaoemrevistaufmg.com.br/edio-anterior/educacao-em-revista-no-43-ano-2006/>. Acesso em: 5 out. 2019.

WEBINÁRIO: Avaliações em larga escala. Canal e-docente, 2020. 1 vídeo (1h 02m 58s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1yW6IV9An8I>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

ZANETTI, Maria Aparecida. **Exames supletivos/certificação na educação de jovens e adultos**. Audiências do Conselho Nacional de Educação sobre a reformulação da Resolução CNE/CBE 1/00 – Educação de Jovens e Adultos. 2007. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Certificação%20-%20EJA.doc>. Acesso em: 6 dez. 2020.

## ANEXOS

### 1. Entrevistas

#### PARTICIPANTE 1

##### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 32 anos, na época do exame tinha 27 anos.
- 2) **Sexo:** masculino.
- 3) **Município que reside:** Rio de Janeiro.
- 4) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** em torno de R\$ 3.500,00 a R\$ 4.000,00.
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** 3.

##### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Ensino Médio.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2017.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Declaração parcial. Ficou pendente a área do conhecimento de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação. Mas to doído para que saiam as novas inscrições, eu não sei se esse ano vai ter para pegar logo esse certificado total e ficar livre logo dessa parte aí.

##### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** A minha motivação para voltar a estudar e fazer o ENCCEJA foi por conta do emprego que eu estou hoje.
- 11) **Já estudou na EJA?** ( ) SIM ( x ) NÃO
- 12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Não se aplica.
- 13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Não cheguei a fazer o EJA porque eu tinha pressa. O tempo que eu tinha para poder conseguir terminar e entrar nesse emprego era muito curto, então não dava tempo de fazer o EJA que é um pouco mais demorado.

- 14) Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Sim, a gente aprende bastante. Só que as aulas presenciais seriam bem melhores e muito mais fácil de guardar tudo o que você aprendeu.
- 15) Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Sim, depois que eu peguei a certificação do ENCCEJA eu consegui sim alcançar os objetivos que eu tinha em mente para conseguir, por mais que eu ainda não tenha pego o certificado integral. O meu objetivo, na verdade, era melhorar o meu currículo para eu conseguir um emprego na minha área de trabalho, que é a segurança privada. Então facilitou bastante pra mim.



## PARTICIPANTE 2

### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 26 anos, na época do exame tinha 22 anos.
- 2) **Sexo:** feminino.
- 3) **Município que reside:** Rio de Janeiro.
- 4) **Exerce função remunerada?** ( ) SIM ( x ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** em torno de R\$ 2.500,00.
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** 3.

### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Ensino Médio.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2018.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Declaração parcial. Eu tava com dificuldade em química, física... aí solicitei a declaração parcial para ciências da natureza para tentar passar nessa área.

### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** O que me motivou a voltar a estudar foi tentar uma colocação no mercado de trabalho.
- 11) **Já estudou na EJA?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Eu fiz o CEJA, nem sei se isso entra aí na EJA, se classifica como a mesma coisa. Mas eu consegui meu certificado através do CEJA, estudando semipresencial. Lá lá fazia uma prova na escola e eu consegui o certificado assim. Só que eu sempre tive dificuldade nessa área, então eu já tinha conseguido passar em algumas matérias e ficou faltando essas, daí eu decidi fazer a prova pra conseguir o diploma pelo ENCCEJA. E detalhe: eu não consegui, porque eu tenho dificuldade mesmo nessas matérias. Então, eu acabei voltando para o CEJA fazendo oficinas, estudando mais um pouco, fazendo mais trabalhos pra conseguir passar.

- 13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Eu acredito que pela facilidade, pelo tempo. Com o ENCCEJA a gente consegue o certificado mais rápido. Então, é mais prático, eu acredito. É um caminho que a gente adquire pela facilidade mesmo e porque é necessário, senão você não consegue... É um ensino médio hoje em dia não é nada para você conseguir entrar no mercado de trabalho, é muito pouco a nível do que se pede... Tanto de experiência. Ter o ensino médio é o mínimo que a gente pode ter e a gente acaba recorrendo a isso, mais pensando no mercado de trabalho do que realmente pra aprender, do que realmente pra educação. É triste, mas é a realidade.
- 14) **Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Pensando bem, eu acredito que não. Acredito que uma prova não supre uma formação integral e com aprendizagens significativas. Eu acho que as pessoas que fazem o ENCCEJA fazem muito na sorte né?! As provas são todas múltipla escolha, eu duvido muito que as pessoas estudam para poder passar. Eu, pelo menos, não estudei. Fui lá tentar a sorte e não consegui.
- 15) **Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Ainda não, mas estou a caminho.

### PARTICIPANTE 3

#### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 37 anos, na época do exame tinha 34 anos.
- 2) **Sexo:** feminino.
- 3) **Município que reside:** São Gonçalo
- 4) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** R\$3.000,00
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** 3

#### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Fundamental.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2019.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Certificação total.

#### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** Para fazer algum curso técnico.
- 11) **Já estudou na EJA?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Estava estudando ano passado, via online. Faltam dois períodos para eu acabar o ensino médio, mas presencial eu não consigo, por questões de trabalho e filho... Prefiro o EJA online... Espero que o EJA online volte.
- 13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Por ser mais rápido.
- 14) **Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Não, porque não aprende nada. Estuda pra ser aprovado, somente.
- 15) **Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Ainda não.

## PARTICIPANTE 4

### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 25 anos, na época do exame tinha 20 anos.
- 2) **Sexo:** feminino.
- 3) **Município que reside:** São Pedro da Aldeia.
- 4) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** R\$ 4.500,00.
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** 2. Eu e meu marido.

### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Ensino Médio.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2017.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Declaração parcial. Então, em 2016 eu fiz a prova do ENEM para terminar o ensino médio, se não me falha a memória foi o último ano que o ENEM estava certificando para o ensino médio. Fiz, não passei em todas as matérias, fiquei em matemática e ciências da natureza e suas tecnologias, e aí eu peguei o certificado parcial do ENEM, levei para o colégio que eu estava matriculada e eles tiraram todas as matérias que eu já tinha feito no ENEM, as que eu passei na prova. Aí depois em 2017 para 2018 eu fiz a prova do ENCCEJA só para essas duas matérias que ficaram faltando (matemática e ciências da natureza e suas tecnologias). Também peguei o certificado parcial pra levar para escola para ter a conclusão do ensino médio. Eu fiz as duas provas para o ensino médio, segundo e terceiro ano do ensino médio. Então, eu vou pegar essas duas provas e fazer uma junção e levar na escola pra eles me certificarem o ensino médio completo.

### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** Então, motivação, se depender das dificuldades da vida, a gente não tem, né?! Porque eu, particularmente, abro a

minha loja sete horas da manhã, fecho ela às sete horas da noite, ai chego em casa tem que fazer comida, lavar roupa, limpar casa, cuidar do marido. Então, assim, é cansativo! Mas eu não quero ter filho antes de fazer a minha faculdade. Então a minha motivação é antes de eu construir... Eu tenho minha família, é claro! Mas antes de eu acrescentar, crescer com a minha família, eu quero fazer a minha faculdade. Não quero ser uma mãe burra.

11) **Já estudou na EJA?** ( x ) SIM ( ) NÃO

12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Eu estava matriculada no CEJA da escola, só que eu não cheguei a frequentar, fazer as aulas e nem fazer prova nenhuma... Não fiz. Eu só levava as provas. Então, a prova do ENEM eu levei o certificado parcial pra escola, eles aceitaram e tiraram todas as matérias que eu passei no ENEM e ficaram só as matérias que eu não passei, que foi ciências da natureza e suas tecnologias e matemática. Depois eu fiz a prova do ENCCEJA, depois eu levei para a escola e lá eles me informaram que não poderiam me certificar, só a unidade certificadora que eu coloquei para poder pegar o resultado da prova.

13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Então, eu resolvi deixar a escola eu tinha 16 para 17 anos. Foi no momento, se eu não me engano, quando a Dilma sofreu o impeachment. Aí todo mundo ficou desempregado, o meu pai na época ficou desempregado... Então, eu senti a necessidade de ir trabalhar. Muito nova, o meu primeiro emprego foi no Mc Donald's. Então, eu trabalhava de seis horas da manhã até três horas da tarde, chegava em casa quase quatro horas cansada, porque todo mundo sabe que Mc Donald's é uma ralação danada. Eu ainda tentei frequentar uma sala de aula, continuar estudando, mas não consegui devido ao cansaço. Aí deixei pra lá e foi quando eu fiz a prova do ENEM e depois de um tempinho, já casada porque eu e meu marido... a gente foi morar juntos muito cedo, e aí eu fiz a prova do ENCCEJA. Mas não pensei na possibilidade do EJA, não pensei. Ainda tentei fazer "normal" antes de fazer a prova, ainda tentei continuar estudando normamente à noite, mas também não consegui e pra mim a possibilidade de terminar mais rápido, de concluir, foi fazendo a prova do ENCCEJA.

14) **Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Se eu

considero a certificação do ENCCEJA proporcional a uma formação integral? Não, eu não considero! E a prova que eu fiz no ENCCEJA, tudo que eu vi na quinta série e na sexta série foi o que caiu na prova do ENCCEJA. Então, assim, tem muita coisa que, às vezes, eu vejo hoje é porque eu procuro ver, procuro no google... Vamos aprender! Às vezes minha cunhada que ta fazendo uma prova de matemática, que pra mim sempre foi o pior... Aí Jesus (risos)... a gente vê. Então, eu vejo que eu teria uma formação melhor se eu tivesse feito o terceiro ano e o segundo ano. Eu teria revisado tudo que eu aprendi hoje. Muita coisa eu não lembro e não sei, porque eu deixei de fazer o terceiro ano e o segundo ano. Então, eu não aconselharia um jovem de 16/17 anos a fazer, né?! No meu caso, pra mim foi o modo mais fácil, o modo mais rápido. Foi a praticidade de eu ter o ensino médio completo pra eu conseguir entrar numa empresa mais comum: um supermercado, né? Pra eu conseguir trabalhar mais rápido, eu precisava disso pra conseguir trabalhar, mas hoje eu acho que quem tiver condições, quem puder estudar, não deve deixar de fazer um ensino médio completo "normal" na escola porque é uma base. Claro que a gente sabe que o currículo mínimo de uma escola pública não é o mesmo de uma escola particular. Eu sei que o que eles ensinam do currículo mínimo do terceiro ano e do segundo ano não é a mesma coisa que cai no ENEM, porque eu fiz o ENEM duas vezes. Então, assim, não é. Mas, ainda assim, eu não aconselharia ninguém a deixar de fazer independente se é numa escola pública ou particular.

- 15) **Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Em partes, pois ainda não comecei minha faculdade.

## PARTICIPANTE 5

### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 40 anos, na época do exame tinha 36 anos.
- 2) **Sexo:** masculino.
- 3) **Município que reside:** São Gonçalo.
- 4) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** R\$ 2.600,00.
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** Minha família é composta por 5 pessoas. Eu, minha esposa, meu filho mais velho de 17 anos, o do meio com 6 anos e a minha caçula com 5 anos.

### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Eu pleiteei a certificação do ensino médio, devido às dificuldades que eu tinha na empresa e também em tudo quanto é lugar, exigindo o ensino médio e eu tinha que correr atrás e tentar por onde conseguir. Devido a essas dificuldades referentes ao ensino médio, eu fui informado por uma colega minha do RH, no ano de 2015, logo no início, que eu poderia correr atrás de fazer o ENEM, que se eu obtivesse um resultado positivo na prova do ENEM eu poderia solicitar a minha certificação do ensino médio. Então, eu tentei no ano de 2015 a prova. Obtive bons resultados em algumas provas, mas teve matéria que eu não consegui a nota mínima. Aí foi uma frustração, né?! Porque eu estava entusiasmado pra conseguir buscar melhorias na minha área de trabalho e não consegui.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2018.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Declaração parcial, para fazer as matérias que faltavam e depois conseguir a certificação total.

### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** O que acontece, hoje na minha visão... não tenho um grau de instrução muito elevado... E hoje voltar a estudar é muita necessidade, pra qualquer área que você tente uma melhoria na área de trabalho ou coisa do tipo você tem que ter estudo.

11) **Já estudou na EJA?** ( x ) SIM ( ) NÃO

12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** No ano de 2017, eu não tenho as informações aqui corretas, mas me recordo que eu me inscrevi no EJA, numa escola próxima aqui... num bairro, pra poder conseguir as notas que faltavam né?! E correr atrás para conseguir a minha certificação, só que depois devido às dificuldades que eu tinha de conciliar o meu trabalho com os horários de provas, de estudar... eu não consegui. Teve muita complicação, a empresa não ajudava com a questão de horários, os horários da escola não eram flexíveis... tinha dias de provas, horários e eu não conseguia conciliar com o meu trabalho. Foi aí, então, que em 2018 eu tive a informação de que eu poderia tentar conseguir as notas que faltaram pra mim se eu fizesse o ENCCEJA. Foi onde eu corri atrás, fiz a prova e obtive resultado positivo e consegui a minha certificação do ensino médio.

13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Porque conciliar a vida pessoal, com trabalho e estudo é muito complicado, e o governo não ajuda. Devido à falta de tempo, pra mim, foi a opção possível.

14) **Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Não, pois eu fiz o ENCCEJA de 2018 somente para conseguir a minha certificação do ensino médio e toda essa informação referente ao ENCCEJA, ao qual eu participei pra conseguir a certificação, foi em cima do que eu aprendi até 2001, que foi o ano em que eu parei de estudar... Eu parei de estudar em 2000 para 2001 e fiz a prova em 2018, quer dizer, fiz a prova em 2015 do ENEM, não consegui obter resultado positivo em todas as matérias, mas faltou algumas. Em 2017 eu tentei o EJA, que não foi de jeito nenhum viável devido às complicações, os transtornos referentes aos horários, a ajuda da escola e do trabalho que não existiam, e conciliar vida pessoal, trabalho e estudo foi fora do comum... Não tive como, né?! E a prova eu fiz depois em 2018, tive informação de que poderia conseguir as notas que me faltaram. Foi onde eu obtive resultado positivo e consegui a minha conclusão do ensino médio através da certificação.

15) **Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Ao obter a



certificação que, na época pra mim, era uma meta e uma necessidade referente ao meu trabalho, pois eu era cobrado... Tanto pela política então dos governos que a cada dia, a cada ano que passa exige mais dos candidatos referente a estudo, conhecimento e coisa do tipo, e quem fica pra trás, infelizmente, não consegue obter bons resultados na sua pessoal, particular e trabalho. Então, logo depois de eu conseguir a certificação, eu tive um entusiasmo referente a voltar a estudar e coloquei uma nova meta que seria fazer uma faculdade e até tentei no ano de 2020... No ano de 2020 eu fiz minha matrícula na Universidade Estácio, tentei fazer o curso de Processos Gerenciais, mas também não consegui devido a dificuldades financeiras, horário pra estudo, devido ao meu trabalho... Hoje já fazem alguns anos que sou motorista rodoviário e o meu horário é muito complicado, ele não é fixo e é complicado... eu não consigo conciliar estudo e trabalho.

## PARTICIPANTE 6

### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 16) **Idade:** 47 anos, na época do exame 42 anos.
- 17) **Sexo:** masculino.
- 18) **Município que reside:** Rio de Janeiro.
- 19) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 20) **Renda mensal familiar:** Na faixa de R\$ 2.000,00.
- 21) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** Aqui em casa somos 8 pessoas. Eu, minha esposa, três filhos, minha netinha, minha nora e meu genro.

### DADOS DO EXAME:

- 1) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Ensino Fundamental.
- 2) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2017
- 3) **Certificação total ou declaração parcial?** Certificado total.

### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 4) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** No começo eu pensei que valeria a pena pra mim poder... no caso, pra profissão é bom, né?! Apesar que pra minha profissão só vai valer só o diploma, né?! Porque pra gente o que vale é a prática... O diploma também, hoje em dia ajuda muito, porque a maioria dos serviços agora está pedindo o certificado do ensino médio, do ensino fundamental... Era mais por causa do certificado.
- 5) **Já estudou na EJA?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 6) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Eu comecei a estudar no EJA e desisti depois devido ao trabalho, porque não dava pra conciliar a escola e o trabalho... Eu tive que desistir. Não consegui terminar o ensino médio, porque com o trabalho não dava.
- 7) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** No caso aí daria pra eu conciliar o serviço com a prova, porque eu só precisaria ir lá e fazer a prova. Aí nesse ponto ajuda muito, porque você não precisa estar presente na escola e só vai uma vez pra fazer a prova... Eu tava pensando mais por causa da prova,

porque é só fazer a prova... Eu não precisaria largar do serviço às pressas pra vir, até porque tinha esse problema de sair mais cedo, o pessoal da chefia não queria liberar. Nesse ponto era mais fácil, ajudava mais, porque era só chegar e estudar um pouco pra fazer a prova.

- 8) Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** No meu caso, pra minha profissão (bombeiro hidráulico), só o certificado bastaria. Mas pra quem for fazer uma graduação ou seguir pra fazer uma faculdade eu acho que é muito pouco ainda o ENCCEJA. A pessoa não absorve tanta coisa, fica bem limitado né?!... Eu acho que tem que ser uma coisa mais concreta, mas pra certas profissões é só o certificado mesmo... O certificado até ajuda pra certas profissões, mas se a pessoa for se aprofundar pra fazer uma faculdade tinha que ser um estudo mais aprofundado sim. Eu acho muito pouco, o ENCCEJA só é pouco.
- 9) Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Não, não consegui alcançar o que eu queria... O certificado bem dizer não serviu de nada, porque na época no trabalho não exigiram nada, hoje exigem.

## PARTICIPANTE 7

### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 21 anos, na época do exame tinha 18 anos.
- 2) **Sexo:** masculino.
- 3) **Município que reside:** Rio de Janeiro
- 4) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** R\$ 775,00
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** moro sozinho.

### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Então, através do ENCCEJA, eu fiz somente do ensino médio, mas o meu ensino fundamental foi inteiramente no público.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2019.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Certificação total.

### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** No meu caso, eu nunca parei de estudar, mas devido a algumas coisas que aconteceram comigo no ensino médio, que eu troquei de escola duas vezes... Saí da FAETEC, fui para o CEFET. Depois no CEFET, lá dentro, me reprovaram e eu estava no terceiro ano ainda... Eu já estava há muito tempo no ensino médio e não aguentava mais, aí eu fiz a prova do ENCCEJA pra sair de lá.
- 11) **Já estudou na EJA?** ( ) SIM ( x ) NÃO
- 12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Não se aplica.
- 13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Porque eu já fazia o ensino médio há cerca de quatro/cinco anos e eu não me formava. E eu queria pegar meu diploma de ensino médio já na hora, uma coisa mais rápida. Fiz a prova, passou, pegou, por isso! E o EJA exatamente por isso, porque eu já fazia ensino médio. Se eu não tivesse feito o ensino médio, nem nada ai eu optaria pelo EJA, mas como eu já tinha preferi partir para o ENCCEJA no caso.

- 14) **Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Eu acho que a certificação via ENCCEJA ela te dá uma formação de ensino médio, mas com aprendizagens significativas eu não acho, porque muita gente que faz ali, às vezes, faz por fazer... Muito tempo sem pegar, sem estudar, simplesmente faz e passa. Basicamente, as pessoas, às vezes, fazem somente pra ter o certificado do ensino médio. Tudo bem que eles disponibilizam, em várias plataformas deles mesmo, material pra estudo, provas antigas... Na hora, depois você pegando... Pegar pra estudar, pode sim dar uma aprendizagem significativa, mas na hora assim, de início quando tu vê não dá!
- 15) **Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Eu tinha decidido só pegar a certificação no ENCCEJA pra eu conseguir entrar na faculdade. Aí, basicamente, foi isso. Depois que eu consegui o diploma do ENCCEJA eu fiz o ENEM e o vestibular da UERJ e passei nos dois, entrei nos dois com o certificado do ENCCEJA, mas aí eu preferi a UFRJ.

## PARTICIPANTE 8

### DADOS DO PARTICIPANTE:

- 1) **Idade:** 23 anos, na época do exame tinha 18 anos.
- 2) **Sexo:** masculino.
- 3) **Município que reside:** Rio de Janeiro
- 4) **Exerce função remunerada?** ( x ) SIM ( ) NÃO
- 5) **Renda mensal familiar:** R\$ 4.000,00
- 6) **Composição familiar (quantas pessoas residem com você na mesma casa):** 4

### DADOS DO EXAME:

- 7) **Você pleiteou a certificação do ensino fundamental, médio ou de ambos através do ENCCEJA?** Ensino Médio.
- 8) **Edição(ões) do ENCCEJA que participou:** 2017.
- 9) **Certificação total ou declaração parcial?** Certificação total.

### MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO ENCCEJA:

- 10) **Motivação(ões) para voltar a estudar:** proporcionar boas condições de vida para minha família. Po, vou te falar, meu caso não é muito o caso daquele pessoal que estava sem estudar, que normalmente a gente está acostumado, tá ligado? Sem oportunidade, apareceu o ENCCEJA e etc... Eu estudava no CPII e eu saí no segundo ano. Estava com muita coisa na cabeça e muita coisa acontecendo em casa. Aí começou a greve, eu ia ficar mais tempo lá e eu estava com a sensação de perda de tempo... Aí foi no ano que... Foi em 2016 e nesse ano dava pra pegar pelo ENEM ainda. Só que aí virou o ano, apareceu o ENCCEJA, eu me inscrevi, fiz o ENEM, passei na faculdade, fiz o ENCCEJA, senão eu não teria como ir sem o certificado do ensino médio.
- 11) **Já estudou na EJA?** ( ) SIM ( x ) NÃO
- 12) **Caso tenha estudado, o que ou quais foram as razões que te motivaram a deixar de cursar a EJA?** Não se aplica.
- 13) **Por que o ENCCEJA e não a EJA?** Pra mim o EJA é pra construir uma base, não só pra te dar um certificado. Se não tivesse o ENCCEJA talvez eu tivesse feito o EJA, mas eu ia perder muito tempo aprendendo uma parada

que eu já sabia. Então, eu queria fazer ou pelo ENEM ou pelo ENCCEJA, mas como no ano que eu fui fazer teve essa separação, né?! O certificado tava saindo só pelo ENCCEJA, aí eu me inscrevi só pra pegar o diploma mesmo pra poder entrar na faculdade.

- 14) **Você considera que a certificação via ENCCEJA lhe proporcionou uma formação integral e com aprendizagens significativas? Por quê?** Cara, o ENCCEJA não me deu formação nenhuma, porque literalmente é uma prova, que eu vou lá responder as perguntas e testar tudo que tu sabe. Mas acredito que pra quem precisa mesmo estudar deve ser, porque é uma meta, né?! Você sempre trabalha em prol de uma meta... Você quer ir aprendendo o que for, o que precisa.
- 15) **Ao obter a certificação via ENCCEJA, o(s) motivo(s) pelo qual você decidiu voltar a estudar foram alcançados? Se sim, quais?** Eu quase não parei. Eu parei no meio de 2016 e voltei no meio de 2017, foi isso! Aí eu voltei pra estudar para o ENEM, para o ENCCEJA e etc... Mas os motivos pelos quais ainda não, tá ligado? Porque eu cursei/fiz matemática na UFRJ, fiz quatro aninhos e faltando um ano pra eu me formar eu saí, não aguentava mais! E entrei em contábeis agora na UFRJ também, aí daí pra frente vamos ver. Logo o tempo vai passando, eu vou conseguir um emprego bom e etc... Eu tenho meu emprego, mas a gente quer cada vez ganhar mais, né?!

## 2. Quadro de levantamento bibliográfico sobre o ENCCEJA

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	LINK DE ACESSO
2021	Robson dos Santos Priscila Pereira Santos	O ENCCEJA e a Educação de Jovens e Adultos: uma análise do perfil dos participantes e dos motivos do abandono	Artigo	<a href="http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4888/3883">http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4888/3883</a>
2020	Jaqueline Pereira Ventura Francisco Gilson Oliveira	A travessia “do EJA” para o ENCCEJA: será o mercado da educação não formal o novo rumo da EJA no Brasil?	Artigo	<a href="https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/9427">https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/9427</a>
2020	Marcos Vinicius Reis Fernandes Marcia Soares de Alvarenga	O ENCCEJA em contraponto: entre a democratização e a desescolarização de jovens e adultos	Artigo	<a href="https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SENPE/article/view/14703">https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SENPE/article/view/14703</a>
2020	Jacqueline Mayumi Akazaki Francielli Freitas Moro Liane Margarida Rockenback Tarouco Patrícia Alejandra Behar Letícia Rocha Machado Sílvia César Cazella	Mineração de dados educacionais para o perfil de candidatos da prova do Encceja no Estado do Rio Grande do Sul	Artigo	<a href="http://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1850/1172">http://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1850/1172</a>
2020	Rosimeire Aguiar Pereira Lopes Maria Clarisse Vieira	Concepções de formação do Encceja: um olhar sobre as perspectivas dos estudantes inscritos no Distrito Federal	Artigo	<a href="http://anais.anped.org.br/regional/sites/default/files/trabalhos/24/7974-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf">http://anais.anped.org.br/regional/sites/default/files/trabalhos/24/7974-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf</a>
2020	Mariana Antonieta Barreto do Prado	Encceja, avaliação e currículo de uma escola paulistana: uma análise crítica	Dissertação	<a href="https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/23546/2/Mariana%20Antonieta%20Barreto%20do%20Prado.pdf">https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/23546/2/Mariana%20Antonieta%20Barreto%20do%20Prado.pdf</a>
2019	Thaís da Silva Aires	Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e	Monografia	<a href="https://app.uff.br/riuff/handle/1/16037">https://app.uff.br/riuff/handle/1/16037</a>



		Adultos (ENCCEJA) no Brasil: a promoção da avaliação na perspectiva de mercado para jovens e adultos da classe trabalhadora		
2019	Thamyres Cristina Silva Ventapane	Educação de Jovens e Adultos: Algumas considerações sobre o ENCCEJA e sobre a experiência em sala de aula	Dissertação	<a href="https://sca.profmat-sbm.org.br/sca_v2/get_tcc3.php?id=160500511">https://sca.profmat-sbm.org.br/sca_v2/get_tcc3.php?id=160500511</a>
2017	Marcilene Ferreira Rodrigues	O Exame Nacional Para Certificação De Competências De Jovens E Adultos: Implementação No Município De Campo Grande/MS (2010–2015)	Dissertação	<a href="https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1019669-marcilene-ferreira-rodrigues.pdf">https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1019669-marcilene-ferreira-rodrigues.pdf</a>
2016	Roberto Catelli Junior	Políticas de certificação por meio de exames nacionais para a Educação de Jovens e a Adultos: um estudo comparado entre Brasil, Chile e México	Tese	<a href="https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15092016-144248/publico/ROBERTO_CATELLI_JUNIOR_CORRIGIDA.pdf">https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15092016-144248/publico/ROBERTO_CATELLI_JUNIOR_CORRIGIDA.pdf</a>
2014	Luis Felipe Soares Serrão	Exames para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do ENCCEJA e do ENEM	Dissertação	<a href="https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01122014-103636/publico/LUIS_FELIPE_SOARES_SERRAO_rev.pdf">https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01122014-103636/publico/LUIS_FELIPE_SOARES_SERRAO_rev.pdf</a>

2013	Roberto Catelli Jr Bruna Gisi Luis Felipe Soares Serrão	ENCCEJA: cenário de disputas na EJA	Artigo	<a href="http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n23v8/a05v94n238.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n23v8/a05v94n238.pdf</a>
2011	Graziela Rosa Lucchesi	Educação de Jovens e Adultos e Psicologia histórico-cultural: a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores precariamente escolarizados	Tese	<a href="http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Teses/tese_graziela_lucchesi_rosa_da_silva.pdf">http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Teses/tese_graziela_lucchesi_rosa_da_silva.pdf</a>
2007	Maria Aparecida Zanetti	Exames supletivos/certificação na educação de jovens e adultos. Audiências do Conselho Nacional de Educação sobre a reformulação da Resolução CNE/CBE 1/00 – Educação de Jovens e Adultos		<a href="http://forumeja.org.br/files/Certificacao%20-%20EJA.doc">http://forumeja.org.br/files/Certificacao%20-%20EJA.doc</a>
2006	Maria Clarisse Vieira	Possíveis impactos das políticas de avaliação na Educação de Jovens e Adultos: o ENCCEJA (2002) em questão	Artigo	<a href="http://educacaoemrevistaufmg.com.br/edio-anterior/educacao-em-revista-no-43-ano-2006/">http://educacaoemrevistaufmg.com.br/edio-anterior/educacao-em-revista-no-43-ano-2006/</a>